



CÓD: OP-093JL-24
7908403558261

TRF1

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

350 questões gabaritadas
Analista Judiciário- Área Administrativa

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa.....	5
2. Raciocínio Lógico e Matemático.....	15
3. Noções de Sustentabilidade.....	23
4. Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade.....	37
5. Noções de Direito Administrativo.....	49
6. Noções de Direito Constitucional.....	61
7. Noções de Administração.....	77
8. Administração Financeira e Orçamentária.....	89
9. Noções De Contabilidade Aplicada Ao Setor Público.....	103
10. Noções de Direito Penal.....	115

LÍNGUA PORTUGUESA

1. FGV - 2024

Assinale a opção em que as duas palavras estão corretamente grafadas.

- (A) privilégio / logaritmo.
- (B) enterter / protestar.
- (C) escombros / esplendor.
- (D) pretesto / contexto.
- (E) adiministrar / arriar.

2. FGV - 2024

Assinale a frase em que houve a troca indevida entre onde/aonde.

- (A) Onde aumentam os bens, aumentam aqueles que os devoram.
- (B) Banco é o lugar onde você pode pedir dinheiro emprestado, se provar que não precisa dele.
- (C) A habilidade de um líder está em levar as pessoas de onde elas estão para aonde elas nunca estiveram.
- (D) Aonde quer chegar toda essa gente?
- (E) Quem perdeu sua bolsa está livre para ir aonde quiser.

3. FGV - 2024

AO INVÉS DE / EM VEZ DE são duas expressões que, inicialmente, significavam, respectivamente, “oposição” e “substituição”, mas hoje já aparecem como equivalentes.

Considerando esses significados originais, assinale a frase em que houve troca **indevida** entre essas expressões.

- (A) Em vez de comida japonesa, deram preferência ao tradicional churrasco gaúcho.
- (B) Ao invés de divertirem-se com o jogo de futebol que haviam organizado, ficaram ao lado do campo conversando.
- (C) Ao invés de continuarem no trabalho, ficaram descansando no vestiário dos operários.
- (D) Em vez de literatura policial, os jovens daquela turma davam mais importância à poesia.
- (E) O grupo de turistas decidiu economizar, almoçando num restaurante popular ao invés de gastar dinheiro no restaurante luxuoso da esquina.

4. FGV - 2024

Observe a frase a seguir: “Você pronuncia essas palavras de forma tão diferente por quê?”

Nessa frase, o vocábulo “que” recebe acento gráfico porque

- (A) estabelece diferença entre o interrogativo e a conjunção.
- (B) está em posição final de uma frase interrogativa, que, por ter entonação ascendente, o torna tônico.
- (C) dá ênfase ao espanto do enunciador.
- (D) é um monossílabo tônico terminado em “e”; sua posição na frase não interfere na regra ortográfica.
- (E) leva acento gráfico para indicar que a vogal U não deve ser pronunciada.

5. FGV - 2024

AO ENCONTRO DE / DE ENCONTRO A são expressões semelhantes, mas muito diferentes no significado.

A frase abaixo em que uma dessas expressões está empregada em lugar da outra, é:

- (A) O acidente causado pelo motoqueiro fez com que o caminhão se desgovernasse e fosse ao encontro do poste;
- (B) Todo o mercado ficou excitado com as notícias de alívio econômico que iam ao encontro de suas expectativas otimistas;
- (C) O novo carro, por seu desempenho e conforto magníficos, ia ao encontro dos desejos do casal, que acabava de adquiri-lo;
- (D) O horóscopo da semana previa muitas dificuldades, o que ia de encontro às notícias agradáveis que estavam surgindo;
- (E) Os resultados obtidos pelo time em campo iam de encontro aos sonhos dos torcedores, que já estavam preocupados com a queda da equipe para a série B.

6. FGV - 2024

Assinale a opção que mostra dois vocábulos proparoxítonos (os vocábulos estão propositalmente sem acento gráfico).

- (A) barbaria, cartomancia.
- (B) filantropo, hipodromo.
- (C) ibero, amago.

- (D) androgino, Normandia.
(E) alcoolatra, pleiade.

7. FGV - 2024

Em cada opção abaixo há duas palavras, propositalmente sem os acentos gráficos.

Assinale a opção em que os dois vocábulos mostram acentuação tônica diferente.

- (A) interim / prototipo.
(B) órgão / ponei.
(C) decano / orfão.
(D) rubrica / extase.
(E) onibus / alibi.

8. FGV - 2024

Muitas formas de superlativo de adjetivos se utilizam de radicais latinos, daí que mostrem diferenças em relação ao radical do adjetivo atual. Assinale o superlativo abaixo que utiliza o radical atual do adjetivo.

- (A) Todas as coisas que hoje se creem antiquíssimas já foram novas.
(B) Nessa época todos os morros da região estavam com seus cimos congeladíssimos.
(C) Hoje em dia, notam-se pessoas paupérrimas andando pelas ruas de bairros chiques.
(D) Por causa da doença, o senador voltou ao Congresso magérrimo, com as feições abatidas.
(E) Com as demolições, todo o chão estava coberto de escombros, aspérrimo e muito sujo.

9. FGV - 2024

Assinale a frase abaixo cuja palavra sublinhada, formada com sufixo diminutivo ou aumentativo, **não** indica diminutivo ou aumentativo, mas uma palavra com sentido novo.

- (A) Musical é uma revista de mulheres nuas, dizendo palavrão, com a plateia gargalhando, e a censura encolhida.
(B) Quando viu que tinha ladrão no filme, Maria Antônia, imediata e precavidamente, tirou duas pérolas das orelhinhas e guardou na bolsa.
(C) Quando pequeno eu usava sempre o mesmo terninho como uniforme escolar e me sentia elegante.
(D) A família morava num casarão, num bairro chique da Tijuca.
(E) Assim que chegou ao Rio, Amâncio passou a morar em um quartinho num lugar pobre, no centro.

10. FGV - 2024

Muitas palavras portuguesas mostram o prefixo A- sem qualquer valor semântico, sendo equivalentes ao mesmo vocábulo sem esse prefixo. Assinale a palavra abaixo que exemplifica esse A protético:

- (A) Alargar.
(B) Assaltar.
(C) Atacar.
(D) Apanhar.
(E) Avoar.

11. FGV - 2024

Entre as palavras abaixo, assinale aquela em que os dois vocábulos devem flexionar-se.

- (A) Testemunha-chave.
(B) Fila-monstro.
(C) Estrutura-padrão.
(D) Funcionário-responsável.
(E) Livro-caixa.

12. FGV - 2024

Os adjetivos podem representar estados, qualidades, características e relações; assinale a frase que mostra um tipo de adjetivo diferente dos demais.

- (A) Em questão de árvores genealógicas, é mais seguro andar pelos ramos que se aprofundar nas raízes.
(B) O problema com as crianças é que elas não são retornáveis.
(C) Até a criança completar um ano ela é incapaz de pecar.
(D) Eu tive uma grande vantagem que meus filhos não tiveram: eu nasci pobre.
(E) Afinal, o que é Deus? Uma eterna criança brincando eternamente no jardim eterno.

13. FGV - 2024

Assinale a frase em que o termo sublinhado está retomado por um hiperônimo e não por um sinônimo.

- (A) Todos reclamam de mudanças na Constituição, pois, na verdade, ninguém quer saber de reformas.
(B) O contentamento do artista era imenso e sua alegria contaminou todos os presentes.
(C) Há quem compre muitas frutas por preço baixo e há quem pague por esses produtos sete vezes mais.
(D) Os quadros dos artistas populares ficaram expostos por toda a manhã, mas poucas pinturas foram vendidas.
(E) O abajur era antigo, de modelo francês, e a luminária tinha ficado esquecida no porão por anos.

14. FGV - 2024

Assinale a frase cujo termo sublinhado tem um sinônimo adequadamente indicado.

- (A) Qualquer pessoa desprovida de senso de humor está à mercê de todos / à disposição de.
- (B) Toda alegria é uma vitória, e uma vitória é uma vitória, por menor que seja / contanto que.
- (C) O céu é justo e sábio e nada faz em vão / vaidosamente.
- (D) Cada cabeça, uma sentença / pensamento.
- (E) Quem não sabe chorar de todo o coração também não sabe rir / integralmente.

15. FGV - 2024

As frases a seguir mostram termos sublinhados que retomam termos anteriores. Assinale a frase em que o tipo de retomada está corretamente identificado.

- (A) Luís Filipe acaba de comprar três esferográficas, dois lápis e folhas de papel pautado. Ele necessita desses artigos para suas anotações arqueológicas. / Sinônimo.
- (B) Cristiane comprou recentemente novos patins. Os seus velhos já não cabiam mais. / Hiperônimo.
- (C) Desde alguns anos, nos foram indicados vários produtos para substituírem a aspirina. Entretanto esse medicamento permanece eficaz em muitas circunstâncias. / Grupo nominal.
- (D) A mulher ocupa mais e mais seu lugar em nossa sociedade. Não é raro ver mulheres ocupando cargos de chefia. / Repetição de termos com flexão diferente.

16. FGV - 2024

As frases a seguir jogam com a polissemia intencional de algum vocábulo, tornando-as curiosas e interessantes.

Assinale a frase em que está ausente essa estratégia.

- (A) Tantos anos o país se descuidou do meio ambiente que, agora, se quiser salvar alguma coisa, vai ter que tratar do ambiente inteiro.
- (B) De uma caverna nada se tira, a não ser fotos; nada se deixa, a não ser pegadas; e nada se mata, a não ser o tempo.
- (C) Todo bom percussionista não bate bem.
- (D) Um avião é lugar perfeito para fazer dieta.
- (E) Eu cozinho com vinho, às vezes até mesmo acrescento comida a ele.

17. FGV - 2024

Nas frases abaixo há a presença de verbo + advérbio; se ocorrer a substituição desse conjunto por um só verbo de sentido equivalente, a forma **inadequada** é:

- (A) Acabar completamente com a tropa inimiga / ar-rasar a.
- (B) Purificar totalmente o estilo do documento / de-purar.
- (C) Pagar integralmente uma dívida / quitar.
- (D) Mudar totalmente a aparência da sala / transfor-mar.
- (E) Dedicar-se inteiramente a algo / devotar-se.

18. FGV - 2024

Assinale a frase em que o emprego das aspas mostra uma função **diferente** das demais.

- (A) “Meu país, com razão ou não” é uma coisa que nenhum patriota poderia sequer pensar em dizer, exceto num caso de desespero. É como dizer “Minha mãe, bêbada ou sóbria”.
- (B) Como comportar-se com os amigos? “Como gostaríamos que se comportassem conosco”.
- (C) Interrogado sobre o que seria um amigo, disse: “Uma alma solitária que vive em dois corpos”.
- (D) Qual é o melhor momento para o jantar? “Se alguém é rico, quando quiser, se é pobre, quando puder”.
- (E) Um porco disse ao Carvalho: “Você é grande, forte e potente! Admiro-o muito!” “Eu sei”, respondeu o Carvalho com um suspiro, “faz um bom tempo que você engorda com meus frutos!”

19. FGV - 2024

Assinale a frase cuja vírgula está **corretamente** justificada.

- (A) Todas as especulações são cinza, meu amigo, mas a árvore de ouro da vida é eternamente verde. / separar o vocativo.
- (B) Fui passear com as árvores, e o resultado é que fiquei mais alto. / separar uma oração reduzida.
- (C) A ave canta, mesmo quando o galho começa a estalar. / marcar a elipse do verbo.
- (D) Mesmo quando uma ave anda, sente que tem asas. / separar elementos de mesma função.
- (E) A flor do vaso sorri, mas já não está sorrindo mais. / evitar ambiguidade.

20. FGV - 2024

Assinale a frase abaixo em que a vírgula é empregada por necessidade de clareza.

- (A) Se mosquito fosse malandro, mordida antes e zunia depois.
- (B) Há flores em todas as estações, assim como loucuras em todas as idades.
- (C) Meu pai admirava o esforço, e a preguiça considerava desprezível.
- (D) Procura na natureza e, se souberes encontrar, acharás o que procurares.
- (E) Viver muito, eis a ambição de quase todos, poucos, porém, têm a ambição de viver bem.

21. FGV - 2024

Todas as frases abaixo mostram o emprego de uma vírgula. Assinale a frase em que esse emprego está **corretamente** justificado.

- (A) Bahia, 22 de abril de 1500 / separar ou isolar o vocativo.
- (B) Os pessimistas, devemos deixá-los de lado / indicar a supressão de verbo já enunciado.
- (C) Em toda revolução, há as pessoas que a fazem e as que se aproveitam dela / separar ou isolar o adjunto adverbial deslocado.
- (D) Só existem três coisas que param no ar: beija-flor, helicóptero e Dadá Maravilha / isolar expressões de valores diversos.
- (E) O São Paulo não precisa de um psicólogo, mas sim de um psiquiatra / isolar o aposto.

22. FGV - 2024

A pontuação foi criada para que os textos se tornassem mais claros.

Uma das regras do emprego da vírgula é sua utilização para marcar uma oração adverbial antecipada, como na seguinte frase:

- (A) Como seriam venturosos os agricultores, se conhecessem a sua fortuna;
- (B) A natureza é grande nas grandes coisas, mas é grandiosa nas pequenas coisas;
- (C) O trabalho do lavrador é o trabalho natural do homem, o único que acalma as paixões e vigoriza o corpo;
- (D) Sentar-se à sombra, num belo dia, e repousar o olhar sobre a verdura é o repouso mais perfeito;
- (E) Quando a última árvore morrer e o último rio for envenenado, você vai perceber que o dinheiro não alimenta.

23. FGV - 2024

Assinale a frase em que se comete um **erro** de pontuação.

- (A) Riso. O mais inocente de todos os diuréticos.
- (B) Todos os maus são bebedores de água: está bem provado com o dilúvio.
- (C) Para o homem sensual, todo alimento é doce.
- (D) O doutor Riso e o doutor Sono: os dois melhores médicos que existem.
- (E) Eu prefiro consultar médicos, mas ela videntes.

24. FGV - 2024

Texto – A bananeira está em perigo. Conheça as soluções. (Fragmento; adaptado)

Robusta, nutritiva e abundante, ela é a fruta mais consumida do mundo. Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras. Isso significa que uma doença poderia arrasar a produção mundial. Entenda o que ameaça a banana – e a corrida para tentar salvá-la.

Por Bruno Garattoni, Renata Cardoso e Leonardo Pujol

Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado.^(b) e ^(c) O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado,^(a) do seu déficit cognitivo (só começou a falar aos 4 anos de idade) e dos muitos problemas de saúde que enfrentou ao longo da vida.

A bananeira é o oposto disso. Trata-se de uma planta robusta e viçosa, que cresce rápido e dá muitos frutos: a banana é a fruta mais consumida do mundo, com 125 milhões de toneladas produzidas por ano [...].

Carlos II foi o resultado de uma série de casamentos consanguíneos, em que os membros da dinastia Habsburgo tiveram filhos entre si ao longo de várias gerações. [...] Mas a prática teve uma consequência terrível: **os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente, e foram acumulando mutações causadoras de doenças.^(d)**

[...]

A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.^(e) Isso a torna muito mais agradável de consumir. E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada: o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.

Nasce uma nova bananeira – que, eis o problema, é geneticamente idêntica à anterior. Ela não tem, como Carlos II não teve, um pai e uma mãe com genes bem diferentes, cuja mistura aperfeiçoa o DNA e ajuda a proteger contra doenças. As bananeiras são clones – por isso, um único patógeno pode exterminá-las todas.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

1. FGV - 2023

A tabela a seguir apresenta a distribuição das notas obtidas por 25 estudantes de uma classe em uma avaliação com notas que podiam variar de 0 a 5:

Nota	0	1	2	3	4	5
Quantidade	1	4	6	8	4	2

A média aritmética das notas obtidas pela classe nessa avaliação é

- (A) 2,64.
- (B) 2,70.
- (C) 2,78.
- (D) 2,84.
- (E) 2,92.

2. FGV - 2023

A média aritmética A entre dois números positivos x e y é definida como $A=(x+y)/2$. A média geométrica G é a raiz quadrada dos dois números, $G = \sqrt{xy}$. A média harmônica H é tal que sua inversa é a média aritmética das inversas dos dois números, $1/H=(1/x+1/y)/2$.

Dois números têm média aritmética igual a 15 e média geométrica igual a 12. A média harmônica dos dois números é igual a

- (A) $32/3$.
- (B) $48/5$.
- (C) $29/3$.
- (D) $51/5$.
- (E) $25/3$.

3. FGV - 2024

Um pesquisador está estudando o comportamento de um determinado fenômeno aleatório e deseja verificar se atende aos axiomas da teoria da probabilidade. Após analisar os dados coletados, ele conclui que a probabilidade de ocorrência de um evento é sempre um número entre 0 e 1, inclusive. Além disso, ele observa que a probabilidade de ocorrência de pelo menos um evento no espaço amostral é igual a 1.

O axioma que ele ainda precisa verificar para confirmar que o fenômeno em estudo atende aos requisitos da teoria da probabilidade é:

- (A) aditividade finita;
- (B) complementaridade;
- (C) distribuição uniforme;
- (D) independência;
- (E) probabilidade condicional.

4. FGV - 2024

Com o lançamento de 100 moedas não viciadas, e possíveis resultados equiprováveis de cara ou coroa, é correto afirmar que:

- (A) a distribuição da média amostral terá desvio padrão igual ao desvio padrão da população dividido por 100;
- (B) não há chances de ocorrer 100 caras ou 100 coroas;
- (C) se, e somente se, a distribuição original dos dados fosse normal, então a distribuição da média amostral também seria normal;
- (D) serão observadas em torno de 50 caras e 50 coroas;
- (E) serão observadas 50 caras e 50 coroas.

5. FGV - 2023

Considere o seguinte experimento aleatório: de uma caixa contendo 5 bolas verdes e 5 bolas laranjas, retiram-se em sequência e sem reposição 3 bolas da caixa, observando-se, a cada retirada, a cor da bola.

O número de elementos do espaço amostral dessa experiência é

- (A) 15.
- (B) 12.
- (C) 9.
- (D) 8.
- (E) 4.

6. FGV - 2024

Uma bandeja contém nove empadas de mesmo tamanho e aparência, mas com recheios diferentes: quatro são de frango, três são de palmito e duas são de camarão. Uma pessoa retira, ao acaso, duas dessas empadas.

A probabilidade de que ambas sejam de palmito é igual a:

(A) $\frac{1}{3}$

(B) $\frac{1}{6}$

(C) $\frac{1}{9}$

(D) $\frac{2}{9}$

(E) $\frac{1}{12}$

7. FGV - 2024

Em uma região, há 6 cidades: A, B, C, D, E e F. Da cidade A, só saem 3 estradas: uma para a cidade B, uma para a cidade C e outra para a cidade E. Da cidade B, partem apenas 2 estradas: uma para a cidade D e outra para a cidade E. Da cidade C, também só partem duas estradas: uma para a cidade E e outra para a cidade F. As cidades D, E e F não estão conectadas por outras estradas além das já citadas anteriormente.

Um morador na cidade A decide fazer um passeio de bicicleta para alguma outra cidade. Ele decide que, toda as vezes em que tiver que deixar uma cidade, escolherá de forma aleatória uma das estradas disponíveis, considerando-as equiprováveis na hora do sorteio. Esse morador também decide que não voltará para uma cidade em que já esteve.

A probabilidade de que o passeio termine na cidade E é

(A) $\frac{1}{6}$.

(B) $\frac{1}{4}$.

(C) $\frac{3}{4}$.

(D) $\frac{1}{3}$.

(E) $\frac{2}{3}$.

8. FGV - 2024

Considere um dado cúbico com as faces numeradas de 1 a 6, mas de modo tal que, a cada vez que é lançado, a probabilidade de sair um número par é $\frac{2}{3}$. Após ser lançado em sequência 5 vezes e em todas elas ter saído um número par, esse dado é lançado em sequência mais 3 vezes. A probabilidade de, nesses 3 últimos lançamentos, terem saído 3 números ímpares é:

(A) $\frac{1}{27}$;

(B) $\frac{1}{9}$;

(C) $\frac{5}{27}$;

(D) $\frac{5}{9}$;

(E) $\frac{8}{27}$.

9. FGV - 2023

Um saquinho contém exatamente dez moedas: cinco de R\$ 0,50, três de R\$ 0,25 e duas de R\$ 0,10.

Duas dessas moedas serão sorteadas ao acaso, sucessivamente e sem reposição.

A probabilidade de que a soma dos valores das duas moedas sorteadas seja maior do que R\$ 0,40 e menor do que R\$ 0,70 é igual a

(A) $\frac{8}{45}$.

(B) $\frac{11}{45}$.

(C) $\frac{13}{45}$.

(D) $\frac{15}{45}$.

(E) $\frac{18}{45}$.

10. FGV - 2023

Ivan, jogador do Caçapa, errou o último lance da partida de basquete entre a sua equipe e a do Enterrada. O jogo está 105 x 104 em favor do Enterrada, mas Ivan recebeu uma falta, o que lhe dá o direito de fazer três arremessos para a cesta. Cada arremesso vale 1 ponto, de modo que Ivan deve acertar ao menos 2 arremessos para seu time sair vencedor. Em média, ele acerta 3 bolas em cada 5 tentativas.

A probabilidade de Ivan levar seu time à vitória situa-se entre

(A) 40% e 50%.

(B) 50% e 55%.

(C) 55% e 60%.

(D) 60% e 65%.

(E) 65% e 70%.

11. FGV - 2024

Um terreno de 1400m² foi dividido em três partes e suas áreas são representadas por A, B e C. Sabe-se que B é igual a dois terços de A e que C é igual a cinco sextos de B.

A área do menor terreno é igual a

- (A) 280m².
- (B) 320m².
- (C) 350m².
- (D) 420m².
- (E) 630m²

12. FGV - 2023

O número $\sqrt{2}$, 777... é igual a

- (A) 1,333... .
- (B) 1,444... .
- (C) 1,555... .
- (D) 1,666... .
- (E) 1,777... .

13. FGV - 2023

Nelson dividiu sua vasta biblioteca entre livros de aventura (a), biografias (b), científicos (c) e diversos (d). Ele também catalogou os livros segundo o número de páginas (np): os de menos de 200 páginas, aqueles que têm entre 200 e 500 páginas e os de mais de 500 páginas.

A tabela a seguir apresenta os percentuais de livros com menos de duzentas páginas e percentuais de livros com mais de 500 páginas para cada uma das categorias a, b, c e d. A tabela mostra ainda o percentual de livros de cada uma das 4 categorias.

	np < 200	np > 500	percentual
a	0,3	0,2	0,3
b	0,1	0,7	0,1
c	0,1	0,5	0,4
d	0,3	0,3	0,2

O percentual de livros da biblioteca com um número de páginas entre 200 e 500 situa-se entre

- (A) 0,45 e 0,50.
- (B) 0,40 e 0,45.
- (C) 0,35 e 0,40.
- (D) 0,30 e 0,35.
- (E) 0,25 e 0,30.

14. FGV - 2023

Três candidatos disputam uma eleição presidencial. Segundo pesquisas eleitorais, os candidatos A, B e C têm 41%, 34% e 7% das preferências, respectivamente. Votos em branco correspondem a 10% dos eleitores, enquanto votos nulos correspondem a 8%.

Votos brancos e nulos não são considerados votos válidos. Segundo as pesquisas, o percentual de votos válidos do candidato A é igual a

- (A) 50,0%.
- (B) 50,4%.
- (C) 48,8%.
- (D) 52,2%.
- (E) 47,5%.

15. FGV - 2023

Dois aumentos sucessivos, um de 20% e outro de 40%, são equivalentes a um único aumento de

- (A) 60%.
- (B) 62%.
- (C) 64%.
- (D) 66%.
- (E) 68%.

16. FGV - 2023

Uma grandeza A é diretamente proporcional à grandeza B que, por sua vez, é inversamente proporcional ao quadrado da grandeza C.

Quando A = 12, tem-se B = 4 e C = 6.

Quando C = 4, o valor de A é

- (A) 144.
- (B) 72.
- (C) 27.
- (D) 18.
- (E) 12.

17. FGV - 2023

Suponha que uma população de bactérias comece com 100 bactérias e cresça a uma taxa de 20% a cada hora. Seja o número de bactérias após n horas denotadas por an.

A razão entre a₄ e a₂ é de

- (A) 1, 04
- (B) 1, 44
- (C) 1, 64
- (D) 2, 24
- (E) 2, 44

18. FGV - 2023

Um triângulo equilátero feito de cartolina tem vértices A, B e C. Corta-se o triângulo em linha reta com uma tesoura, indo de A até o ponto D situado no lado oposto BC e tal que a distância de D a B é o triplo da distância de D a C.

Se a área do triângulo ABC vale 24cm^2 , então a área do triângulo restante ABD vale

- (A) 16.
- (B) 17.
- (C) 18.
- (D) 19.
- (E) 20.

19. FGV - 2023

Sejam r e s duas retas paralelas distintas, distantes 6 cm uma da outra. Sobre s , há dois pontos fixos B e C, distintos, distando 5cm um do outro. Um ponto A será escolhido na reta r .

O menor valor que o perímetro do triângulo ABC pode ter é

- (A) 16cm.
- (B) 17cm.
- (C) 18cm.
- (D) 19cm.
- (E) 20cm.

20. FGV - 2024

Em um triângulo retângulo cuja hipotenusa mede 39

cm, a tangente de um dos ângulos agudos é $\frac{5}{12}$

A soma das medidas dos catetos desse triângulo é igual a:

- (A) 13 cm.
- (B) 17 cm.
- (C) 34 cm.
- (D) 43 cm.
- (E) 51 cm.

21. FGV - 2023

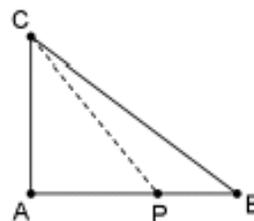
Considere um triângulo ABC com ângulo reto em c. Seja M o ponto médio da hipotenusa AB e D um ponto do lado AC tal que MD seja perpendicular a AC.

Se o comprimento de AC é de 10 unidades e o comprimento BC é de 6 unidades, o comprimento de BD é de

- (A) $2\sqrt{46}$
- (B) $\sqrt{46}^6$
- (C) $2\sqrt{39}$
- (D) $\sqrt{43}$
- (E) $2\sqrt{43}$

22. FGV - 2023

O triângulo ABC da figura abaixo é retângulo em A e são dadas as medidas $AB = 8$ m e $AC = 6$ m.



O ponto P do lado AB é tal que, para ir de P até C pelo contorno do triângulo, o percurso $PA + AC$ tem o mesmo comprimento que o percurso $PB + BC$. Use o necessário:

- $\sqrt{2}=1,41$
- $\sqrt{3}=1,73$
- $\sqrt{5}=2,24$

A distância de P até C é, aproximadamente:

- (A) 7,5 m;
- (B) 7,8 m;
- (C) 8,1 m;
- (D) 8,5 m;
- (E) 9,0 m.

23. FGV - 2023

Em um triângulo retângulo ABC, o ângulo $\hat{A}BC$ mede 20° . O lado BC é prolongado até o ponto D, de modo que C fique entre B e D e CD tenha a mesma medida de AC.

Nesse caso, é **correto** afirmar que a tangente da medida do arco $\hat{D}AC$

- (A) é negativa.
- (B) está entre 0 e $\frac{\sqrt{3}}{3}$.
- (C) está entre $\frac{\sqrt{3}}{3}$ e 1.
- (D) está entre 1 e $\sqrt{3}$.
- (E) é maior que $\sqrt{3}$.

24. FGV - 2023

Em um polígono convexo regular, a medida de cada ângulo externo está entre 13° e 14° .

Sabendo-se que nenhuma de suas diagonais passa pelo seu próprio centro, conclui-se que a soma dos seus ângulos internos vale

- (A) 4680° .
- (B) 4500° .
- (C) 4320° .

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

1. FGV - 2016

O Relatório Brundtland, intitulado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), publicado em 1987, foi o primeiro documento a conceber e definir um conceito muito importante para a área ambiental.

Leia o fragmento a seguir que trata do conceito definido nesse relatório.

“_____ é aquele que satisfaz as necessidades _____, sem comprometer a capacidade das gerações _____ de suprir suas próprias necessidades”.

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) Desenvolvimento sustentável – presentes – futuras
- (B) Desenvolvimento sustentável – futuras – presentes
- (C) Ecodesenvolvimento – presentes – passadas
- (D) Ecodesenvolvimento – passadas – futuras
- (E) Ecodesenvolvimento – futuras – presentes

2. FGV - 2024

O retorno de embalagens de agrotóxicos é de extrema importância devido aos riscos ambientais e à saúde pública associados ao descarte inadequado.

No Brasil, o sistema de devolução é gerenciado pelo Inpev, que realiza a logística reversa das embalagens, permitindo sua reciclagem e evitando danos ao meio ambiente. Considerando essa assertiva, assinale a opção que indica corretamente a legislação que traz a obrigação de logística reversa das embalagens por parte do fabricante.

- (A) A Lei nº 8.171/1991, que institui a Política Agrícola, estabelecendo diretrizes e instrumentos para o planejamento e execução da política agrícola e agrária.
- (B) Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
- (C) A Lei nº 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, alterando a Lei nº 6.938/1981, estabelecendo o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

(D) A Lei nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, que estabelece as sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente.

(E) A Lei nº 10.831/2003, que institui a Lei Orgânica da Agricultura Familiar e dispõe sobre a definição, os objetivos, a implementação e os instrumentos da política agrícola para a agricultura familiar.

3. FGV - 2023

A Lei nº 12.305/2010 cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e define como um de seus instrumentos de aplicação a logística reversa.

Segundo esse instrumento legal (Art. 33), são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- (A) garrafas plásticas do tipo PET;
- (B) óleos lubrificantes;
- (C) embalagens de vidro;
- (D) perfis de aço;
- (E) latas de alumínio.

4. FGV - 2023

A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e apresenta diversos princípios a serem seguidos na gestão dessa política.

Um desses princípios tem como objetivo minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, e também os impactos causados à saúde humana e à qualidade do meio ambiente, decorrentes da sucessão de estágios, insumos e processos pelos quais um produto passa, desde seu desenvolvimento até a colocação no mercado, passando pela ascensão e posterior queda nas vendas e até mesmo pela eventual retirada de circulação.

Esse princípio é apresentado na PNRS como:

- (A) da prevenção e precaução em relação à geração e à disposição de rejeitos;
- (B) poluidor-pagador pelo lançamento indevido de resíduos;
- (C) da visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos;

(D) da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

(E) do reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social.

5. FGV - 2023

Sobre a política nacional de resíduos sólidos:

(A) tem como princípios orientadores o da prevenção e o da reparação;

(B) acordo setorial constitui espécie de contrato firmado entre os grandes geradores, as cooperativas e associações de catadores e catadoras;

(C) a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos atribui-se aos fabricantes e importadores, isentando-se os consumidores;

(D) o setor empresarial e a coletividade respondem pela efetividade das ações da política nacional de resíduos sólidos;

(E) a existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exige o Município do licenciamento ambiental respectivo.

6. FGV - 2023

O desenvolvimento de alternativas para a destinação adequada dos resíduos sólidos tornou-se extremamente importante, uma vez que o descarte inadequado desses materiais acarreta aumento da poluição, proliferação de pragas e doenças e redução da qualidade de vida das pessoas. A Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Acerca dessa lei, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Se aplica aos rejeitos radioativos.

() Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, a prioridade deverá seguir a seguinte ordem: redução, reutilização, reciclagem, não geração, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

() Os resíduos sólidos são classificados de acordo com sua origem e periculosidade.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – V – F.

(B) F – F – V.

(C) F – V – F.

(D) F – F – F.

(E) V – F – V.

7. FGV - 2023

A Lei nº 12.305/10 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Nesse contexto, assinale a opção abaixo que, de acordo com o citado diploma legal, não representa um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

(A) Os incentivos fiscais, financeiros e creditícios.

(B) A proibição da criação e do desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

(C) O monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária.

(D) A coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

(E) A cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

8. FGV - 2023

Joana, estudante de Direito, realiza estudo empírico sobre os sistemas de logística reversa, no contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Desta forma, a aluna comparece a três diferentes sociedades empresárias, colhendo as seguintes informações: a primeira entidade comercializa pilhas e baterias; a segunda empresa aliena pneus; e a terceira pessoa jurídica vende óleos lubrificantes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.305/10, é correto afirmar que

(A) as sociedades empresárias que comercializam pilhas, baterias e pneus devem estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mas não a entidade que vende óleos lubrificantes.

(B) a sociedade empresária que comercializa pneus deve estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mas não as entidades que vendem pilhas, baterias e óleos lubrificantes.

(C) a sociedade empresária que comercializa pilhas e baterias deve estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mas não as entidades que vendem pneus e óleos lubrificantes.

(D) as sociedades empresárias que comercializam pilhas, baterias e óleos lubrificantes devem estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mas não a entidade que vende pneus.

(E) as sociedades empresárias que comercializam pilhas, baterias, pneus e óleos lubrificantes devem estruturar e implementar sistemas de logística reversa.

9. FGV - 2023

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/10, estabelece que a logística reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Sobre a logística reversa é correto afirmar que

(A) os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, apesar de não estarem expressamente elencados entre os instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, são importantes ferramentais para a gestão dos resíduos.

(B) os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange o recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do Art. 33 da Lei 12.305/10.

(C) os produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados serão objeto de logística reversa apenas quando expressamente elencados por lei.

(D) não poderá o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere o Art. 33 da Lei no 12.305/10, mesmo que as ações do poder público sejam remuneradas e acordada entre as partes.

(E) com exceção dos consumidores e dos importadores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

10. FGV - 2022

A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

De acordo com o referido diploma legal, **NÃO** constitui um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

(A) sistemas de logística reversa;

(B) incentivos fiscais, financeiros e creditícios;

(C) proibição de consórcios entre os entes federados;

(D) termos de compromisso e termos de ajustamento de conduta;

(E) incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

11. FGV - 2022

A Lei nº 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Consoante estabelece a mencionada lei, na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos

(A) não existe ordem legal de prioridade, mas deve ser implementada a coleta seletiva em 50% (cinquenta por cento) das residências situadas em zona urbana.

(B) não existe ordem legal de prioridade, mas deve ser implementada a coleta seletiva na totalidade das propriedades situadas em zona rural.

(C) tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos não poderão ser utilizadas, pelo princípio da prevenção, diante da comprovada inviabilidade técnica e ambiental causada pela emissão de gases tóxicos.

(D) deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

(E) deve ser fomentada a coleta seletiva, não geração, redução, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos, reciclagem e remediação ambiental de aterros sanitários, contudo sem ordem de prioridade estabelecida na lei.

12. FGV - 2022

Em tema de Política Nacional de Resíduos Sólidos, especificamente em se tratando de instrumentos econômicos dessa política, a Lei nº 12.305/2010 dispõe que o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, as diversas iniciativas.

Assinale a opção que não apresenta uma dessas iniciativas.

(A) Estruturação de sistema de coleta seletiva, vedado o sistema de logística reversa.

(B) Descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs.

(C) Desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos.

(D) Desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

(E) Implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

13. FGV - 2022

A Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê que a União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Nesse contexto, de acordo com a Lei nº 12.305/2010, é correto afirmar que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos

(A) terá vigência por prazo indeterminado e horizonte de 4 (quatro) anos, a ser atualizado anualmente, tendo conteúdo mínimo estabelecido pelo Ministério do Meio Ambiente.

(B) contará com metas para o aumento da quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada, com vistas à geração de energia.

(C) será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

(D) adotará políticas públicas com medidas para impedir a gestão regionalizada dos resíduos sólidos e fomentar o manejo local dos resíduos sólidos.

(E) terá metas para a eliminação e a recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à proibição de utilização do trabalho de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

14. FGV - 2022

Em matéria de Política Nacional de Resíduos Sólidos, de acordo com a Lei nº 12.305/2010, a elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por tal Lei,

(A) deve prever medidas para desincentivar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos, prestigiando soluções ambientalmente adequadas em nível local.

(B) deve ter previsão de vigência por prazo de 10 (dez) anos, abrangendo todo o território do Estado, com revisões anuais, mediante participação popular, com vistas ao controle social.

(C) deve incluir metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a aumentar a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada.

(D) obedece a diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos locais, vedada a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

(E) é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

1. FGV - 2024

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada há 75 anos, apresenta diretrizes básicas dos direitos e liberdades de todos os seres humanos.

Está em **desacordo** com o citado documento a norma que estabelece que:

- (A) ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas;
- (B) ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, salvo para resgate de vítima viva de crime hediondo;
- (C) todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei;
- (D) todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada, de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa;
- (E) todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos na citada Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. FGV - 2023

Em uma gincana jurídica, foi exigido dos grupos em disputa que apresentassem os elementos essenciais dos Direitos Humanos.

O grupo *Alfa* sustentou que são considerados Direitos Humanos apenas aqueles direitos reconhecidos como tais pela ordem jurídica de cada Estado soberano, de modo que a força possa estar a serviço do direito.

O grupo *Beta* sustentou que os Direitos Humanos, por imperativo de eficiência, devem ser compreendidos a partir de um referencial de divisibilidade, organizando-se de modo hierarquizado suas distintas partes, principiando pela liberdade e estendendo-se às demais.

O grupo *Teta*, por sua vez, manifestou-se no sentido de que os Direitos Humanos são sempre contextualizados no âmbito de determinado Estado soberano, surgindo e se desenvolvendo sob influência exclusiva da base de valores ali existentes.

À luz do conceito e da fundamentação dos Direitos Humanos, está **correto** afirmar que

- (A) todos os grupos estão corretos.
- (B) todos os grupos estão errados.
- (C) apenas o grupo *Alfa* está correto.
- (D) apenas os grupos *Alfa* e *Beta* estão corretos.
- (E) apenas os grupos *Beta* e *Teta* estão corretos.

3. FGV - 2023

O Art. XXII da Declaração dos Direitos do Homem de 1793 afirma que:

“A instrução é a necessidade de todos. A sociedade deve favorecer com todo o seu poder o progresso da inteligência pública e colocar a instrução ao alcance de todos os cidadãos.”

Com o amadurecimento da ideia da educação como direito humano universal, muitos avanços foram feitos no sentido de aprofundar o que declara o artigo acima. As opções abaixo listam alguns desses avanços, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Inclusão de uma educação em direitos humanos nos sistemas nacionais de ensino.
- (B) Determinação de um nível elementar obrigatório de educação para todas as crianças.
- (C) Proclamação do direito à educação nas constituições nacionais de países democráticos.
- (D) Responsabilização do Estado e da família na promoção e incentivo à educação.
- (E) Definição de que o Estado abdicará da transmissão de valores éticos específicos na educação.

4. FGV - 2023

Os casos de trabalho análogo à escravidão revelam a violação, ao mesmo tempo, de direitos civis e de direitos sociais. Por isso mesmo, uma das dimensões dos direitos humanos apontadas na Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993 é a:

- (A) razoabilidade;
- (B) indivisibilidade;
- (C) unilateralidade;
- (D) justiciabilidade;
- (E) proporcionalidade.

5. FGV - 2023

Sobre a terminologia direitos humanos e direitos fundamentais, analise as afirmativas a seguir.

I. A Imprecisão terminológica para designar os direitos essenciais à vida digna decorrem da evolução que levou ao redesenho de sua delimitação e fundamento.

II. Parte da doutrina utiliza uma união entre as duas expressões manas acima, criando uma nova terminologia: “direitos humanos fundamentais”.

III. É possível concluir pela leitura da Constituição Federal brasileira que direitos humanos são definidos como direitos hierarquicamente superiores aos chamados direitos fundamentais.

IV. A Constituição Federal brasileira acompanha o uso variado de termos, ora fazendo menção ao termo “direitos humanos” dentre ora utilizando a expressão “direitos fundamentais”, dentre outros.

V. O direito internacional emprega a expressão “direitos humanos” em todos os seus diplomas legais quando tem por objetivo resguardar a dignidade humana.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) II, III e V, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

6. FGV - 2023

De acordo com parte da doutrina, os direitos humanos representam hoje a nova centralidade do Direito Constitucional e também do Direito Internacional. Acerca das características dos direitos humanos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

I. Os direitos previstos nos tratados internacionais de direitos humanos são taxativos, enquanto o rol de direitos previsto na Constituição Federal é meramente exemplificativo.

II. A Indivisibilidade dos direitos humanos nada mais é do que o reconhecimento de que todos eles possuem a mesma proteção jurídica, já que são essenciais para uma vida digna.

III. A abertura nacional dos direitos humanos consiste na possibilidade de expandir o rol dos direitos humanos. Ela é fruto do poder constituinte originário, ao estabelecer, por exemplo, a Inserção do direito à moradia pela EC 26/2000.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V-V-V.
- (B) V-F-F.
- (C) F-V-F.
- (D) F-F-F.
- (E) F-F-V.

7. FGV - 2023

A doutrina divide os direitos humanos em gerações. Acerca dessa classificação, assinale a opção incorreta.

- (A) Primeira geração: Direitos civis e políticos.
- (B) Segunda geração: Direitos econômicos, sociais e culturais.
- (C) Terceira geração: Direitos de solidariedade.
- (D) Quarta geração: Direito ao consumo.
- (E) Ainda são controversas a existência e a definição de direitos humanos de quarta e quinta geração.

8. FGV - 2022

Os direitos humanos são:

- (A) escalonados e intransferíveis.
- (B) graduados e interdependentes.
- (C) globais, mesmo não se aplicando a todas as culturas.
- (D) universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados.
- (E) hierarquizados, de modo a garantir a precedência aos que mais precisam.

9. FGV - 2022

Em seu discurso para os formandos de determinada faculdade de direito, João observou que a concepção de solidariedade, na perspectiva dos direitos humanos, apresenta contornos polissêmicos, que ainda carecem de compreensão pela sociedade e pelos poderes constituídos para que alcance padrões mínimos de efetividade, inclusive na realidade brasileira, especialmente em relação à existência, ou não, de direitos e deveres que se formariam a partir deles.

Com os olhos voltados às reflexões de João, é correto afirmar que a referida solidariedade

- (A) sempre embasa direitos subjetivos, conferindo-lhes exigibilidade imediata.
- (B) se situa no plano axiológico, não propriamente deontológico, contribuindo para criar um amálgama entre os integrantes do grupamento.
- (C) já se encontra materializada em diversos comandos da ordem constitucional brasileira, mas em uma perspectiva puramente principiológica.
- (D) já se encontra materializada em diversos comandos da ordem constitucional brasileira, em sua dimensão objetiva, não propriamente subjetiva.
- (E) já se encontra materializada em diversos comandos da ordem constitucional brasileira, embasando até mesmo deveres de custeio de direitos transindividuais.

10. FGV - 2022

Pedro e João realizaram alentado debate a respeito das dificuldades enfrentadas para a proteção internacional dos direitos humanos. De acordo com Pedro, o maior problema a ser enfrentado decorre do fato de os sistemas de proteção serem exclusivamente consensuais, além de os universais disporem de mecanismos de acesso com eficácia inferior aos regionais. João, por sua vez, entendia existir um segundo problema, tão grave quanto o primeiro, decorrente da existência do domínio reservado de jurisdição interna, o que significa dizer que atos afetos à soberania estatal não podem ser avaliados por organismos internacionais fora de bases de natureza consensual.

À luz das considerações de Pedro e João, é correto afirmar que

- (A) Pedro está totalmente certo e João, totalmente errado.
- (B) Pedro está parcialmente certo, ao se referir aos sistemas universais, e João, totalmente certo.
- (C) Pedro está parcialmente certo ao se referir aos sistemas universais, e João, totalmente errado.
- (D) Pedro está parcialmente certo ao se referir ao caráter consensual dos sistemas de proteção, e João, totalmente certo.
- (E) Pedro está parcialmente certo ao se referir ao caráter consensual dos sistemas de proteção, e João, totalmente errado.

11. FGV - 2022

Leia o fragmento a seguir sobre as características distintas dos Direitos Humanos.

Tais direitos são _____, pois se estendem a todo gênero humano, em todo tempo e lugar.

São _____, porque seu respeito se pode exigir de qualquer pessoa, autoridade ou comunidade inteira, diferente daqueles emanados das relações contratuais, quesomente podem ser exigidos de quem contratou a obrigação correspondente.

São _____, pois nenhuma pessoa ou autoridade pode atentar legitimamente contra eles, sem prejuízo das justas limitações que podem se impor a seu exercício, de acordo com as exigências do bem comum da sociedade.

São _____, pois pertencem à essência do ser humano de forma indissociável, assim não se pode renunciar, transferir ou transmitir, sob nenhum título, como ocorrem os demais direitos que são objetos de transações jurídicas. Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) necessários – inatos – absolutos – invioláveis.
- (B) imprescritíveis – invioláveis – absolutos – necessários.
- (C) universais – absolutos – invioláveis – inalienáveis.
- (D) congêntos – imprescritíveis – necessários – absolutos.
- (E) universais – inalienáveis – necessários – inatos.

12. FGV - 2021

Você, que atua na defesa de Direitos Humanos, foi convidado(a) para participar de um debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos da OAB. Um dos debatedores afirmou, com base na Declaração e Programa de Ação de Viena, que é importante compreender que Direitos Humanos são indivisíveis e devem ser considerados com igual ênfase.

Outro debatedor retrucou essa afirmação.

No momento da sua fala, você deve esclarecer que, de acordo com a Declaração citada, os Direitos Humanos são

- (A) indivisíveis, interdependentes e interrelacionados, e a comunidade internacional deve considerá-los em pé de igualdade.
- (B) divididos em direitos públicos e direitos privados, com ênfase nos direitos públicos como parte do Direito Positivo de cada país.
- (C) divididos em direitos em sentido forte e direitos em sentido fraco, e que apenas os direitos civis e políticos são direitos humanos em sentido forte.
- (D) conceitos acadêmicos sempre em disputa e que a Declaração e Programa de Ação de Viena não fala da indivisibilidade ou da divisibilidade dos Direitos Humanos.

13. FGV - 2024

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas há 75 anos e delinea a proteção universal dos direitos humanos básicos.

Sobre este marco normativo, assinale a afirmativa correta.

(A) A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem observância obrigatória pelos Estados signatários, determinando nos seus dispositivos as sanções aplicáveis no caso de seu descumprimento.

(B) A Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta ideais e princípios que norteiam os instrumentos internacionais subsequentes, além de inspirar Constituições e normas infraconstitucionais de diversos Estados-partes.

(C) A Declaração Universal dos Direitos Humanos é considerada um tratado já que estas normativas são atos firmados por diversos Estados, que adotam os direitos humanos como norteadores de sua política interna.

(D) A Declaração, em conjunto com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu Protocolo Opcional, formam a chamada Carta Interamericana dos Direitos Humanos.

(E) A Convenção Internacional de Direitos Civis e Políticos, além da Convenção Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais revogaram as normas previstas na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

14. FGV - 2023

Acerca da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes, vedando-se a prática da poligamia.

() Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

() Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, salvo em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V - V - V.

(B) F - V - V.

(C) V - F - F.

(D) F - V - F.

15. FGV - 2023

A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem como um dos seus objetivos o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis sendo o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Considerando o texto aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução nº 217-A, III), em 10 de dezembro de 1948, é **correto** afirmar que:

(A) as férias remuneradas e periódicas não fazem parte do direito ao repouso e ao lazer;

(B) poderá haver casamento válido sem o consentimento livre dos nubentes, desde que previsto em norma legal;

(C) caberá ao Estado a prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos;

(D) todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei;

(E) todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, mesmo em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

16. FGV - 2023

A Declaração Universal dos direitos dos humanos completa 75 anos e sua importância na proclamação de diretrizes básicas dos direitos e liberdades de todos os seres humanos permanece.

Com relação às características dos direitos humanos, avalie as afirmativas a seguir.

I. São universais, uma vez que todas as pessoas têm direito a eles.

II. São indivisíveis, pois não há hierarquia entre eles.

III. São inalienáveis, em razão de que não podem ser tirados por outros, nem podem ser cedidos voluntariamente por ninguém.

IV. São interdependentes, posto que a realização plena de um direito depende, no todo ou em parte, da realização de outros.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. FGV - 2024

A política de reforma do Judiciário implantada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a partir de 2005, contemplou, desde o início, indicadores de desempenho para sua avaliação de eficiência, a partir de elementos de custo-benefício e custo-efetividade. O painel de dados (2016-2018) a seguir mede e compara quantitativamente a evolução das reformas implantadas nos Tribunais de Justiça Estadual da Região Sudeste, a partir do relatório “Justiça em Números” do CNJ. No método de cálculo selecionado, considera-se que as unidades mais eficientes apresentam um score de 1.000 ou 100%, e as unidades mais ineficientes com menor score.

Tribunal de Justiça	2016	2017	2018
Espírito Santo	0.320	0.316	0.416
Rio de Janeiro	0.771	0.707	0.828
Minas Gerais	0.561	0.488	0.479
São Paulo	0.772	0.898	0.874
Média Nacional	0.416	0.428	0.438

Fonte: Adaptado de YEUNG, L. L. *Evolução recente da eficiência do Judiciário Brasileiro (2016-2018)*

Revista de Estudos Empíricos em Direito, v. 9, 2002, pp.20-21

Considerando-se os dados do painel, é correto afirmar que:

- (A) São Paulo mostrou-se como o mais eficiente ao longo de três anos;
- (B) Espírito Santo dobrou seu score, tornando-se 50% mais eficiente;
- (C) Rio de Janeiro manteve uma taxa constante de aumento de score no período;
- (D) Tribunais da Região Sudeste encontram-se acima da média nacional no período indicado;
- (E) Minas Gerais ultrapassou positivamente seu desempenho no último ano quando comparado ao primeiro.

2. FGV - 2024

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de uma lei estadual que conferiu um bônus de 10% na nota dos candidatos a concurso público que residiam na localidade, entre outros fundamentos, pelo fato de que tal norma viola princípio expresso no Art. 37, *caput*, da CRFB/88, sendo **correto** afirmar que se trata do

- (A) princípio da impessoalidade.
- (B) princípio da legalidade.
- (C) princípio da publicidade.
- (D) princípio da segurança jurídica.
- (E) princípio da indisponibilidade do interesse público.

3. FGV - 2023

Avalie se as afirmativas a seguir estão em consonância com os princípios fundamentais da Administração Pública:

I. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal, de modo que é lícito fazer tudo que a lei não proíbe.

II. Os atos dos funcionários públicos são sempre imputados ao órgão para o qual oficiam, de forma que o ato de um agente é na verdade o ato de um órgão.

III. Todo ato administrativo deve ser publicado, com exceção dos que possuem sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais ou de interesse superior da Administração, conforme previstos na lei.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

4. FGV - 2024

No âmbito dos processos administrativos, há um princípio que costuma ser apontado como aquele que os distingue dos processos judiciais, na medida em que compreende o poder - dever de instaurar, conferir andamento e rever a decisão administrativa, independentemente de provocação do interessado.

A passagem acima faz referência ao princípio da(do):

- (A) segurança jurídica;
- (B) oficialidade;

- (C) ampla defesa e do contraditório;
- (D) devido processo legal;
- (E) razoabilidade.

5. FGV - 2023

Ao analisar determinado processo administrativo, Maria, servidora ocupante do cargo de técnica de gestão administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, verificou que há nos respectivos autos uma decisão administrativa, que não apontou as razões de fato e de direito que lhe deram ensejo, sendo correto afirmar que tal situação importa em violação, especificamente, do princípio da Administração Pública designado de

- (A) continuidade.
- (B) motivação.
- (C) isonomia.
- (D) autotutela.
- (E) eficiência.

6. FGV - 2024

No exercício de suas atribuições no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Gabriela verificou que determinado ato administrativo concluiu o seu ciclo de formação, sendo certo que, apesar de possuir vício insanável, tal ato estava produzindo efeitos no ordenamento jurídico.

Considerando os planos da perfeição, validade e eficácia, é correto afirmar que o aludido ato administrativo é

- (A) imperfeito, inválido e ineficaz.
- (B) perfeito, inválido e eficaz.
- (C) imperfeito, válido e eficaz.
- (D) perfeito, válido e eficaz.
- (E) imperfeito, válido e ineficaz.

7. FGV - 2024

Existem elementos do ato administrativo que são vinculados, mesmo nas situações em que o ato é discricionário, de modo a viabilizar, inclusive, o controle jurisdicional de legalidade a ser exercido nesse último caso.

Entre tais elementos vinculados, destacam-se

- (A) competência e finalidade.
- (B) motivo e objeto.
- (C) objeto e competência.
- (D) finalidade e motivo.
- (E) competência e motivo.

8. FGV - 2024

A concessão de licença para dirigir veículos automotores caracteriza-se como

- (A) ato administrativo unilateral e discricionário.
- (B) ato administrativo unilateral e vinculado.
- (C) ato administrativo bilateral e discricionário.
- (D) ato administrativo bilateral e vinculado.
- (E) ato administrativo composto e discricionário.

9. FGV - 2023

O presidente da Câmara dos Deputados editou, no mês passado, ato normativo visando a sistematizar a forma de funcionamento dos serviços de consultoria legislativa da casa, prevendo rotina interna de organização diferenciada para cada tipo de matéria tratada.

O referido ato teve todas as suas fases com regular tramitação até sua devida publicação no mesmo mês, mas em razão dos impactos administrativos e reflexos na atividade de consultoria, o Presidente da Câmara estabeleceu em referido ato que suas disposições passarão a produzir efeito seis meses após sua publicação.

O ato veio a ser impugnado judicialmente tendo o pleito sido rejeitado com análise de mérito, mediante decisão judicial já transitada em julgada.

Nesse sentido, em tema de fases de constituição do ato administrativo, assinale a opção correta quanto às características do ato em questão, levando-se em consideração a presente data como um mês após a publicação do ato.

- (A) Perfeito, válido e ineficaz.
- (B) Imperfeito, válido e inefetivo.
- (C) Perfeito, inválido e ineficaz.
- (D) Existente, inválido e eficaz.
- (E) Existente, válido e efetivo.

10. FGV - 2023

A Administração Pública editou ato administrativo, em benefício do restaurante Feijão Aguado, autorizando o uso privativo de calçada pública, justamente para a entidade colocar mesas em frente ao estabelecimento comercial, na via pública. Nada obstante, é criada, posteriormente, uma nova legislação, proibindo o uso privativo de calçadas públicas por particulares.

Nesse cenário, o ato administrativo será extinto em razão da:

- (A) encampação;
- (B) caducidade;
- (C) anulação;
- (D) cassação;
- (E) rescisão.

11. FGV - 2024

O prefeito do Município Imaginário questionou Emília, que é procuradora de tal ente federativo, se existe distinção entre poder regulamentar e a chamada deslegalização.

Diante de tal questionamento, Emília respondeu corretamente que

(A) a deslegalização corresponde à edição de regulamentos autônomos pelo Chefe do Poder Executivo nas hipóteses autorizadas pela Constituição.

(B) apesar de distinções formais, as normas decorrentes da deslegalização ou do exercício do poder regulamentar têm a mesma essência, fundamento constitucional e podem inovar no ordenamento jurídico, ainda que não se trate de regulamentos autônomos nesse último caso.

(C) o poder regulamentar abarca a edição de decretos regulamentares e de decretos autônomos e não pode ser confundido com a deslegalização, que corresponde à autorização do Poder Legislativo para a edição de leis delegadas.

(D) a edição de normas pelo Poder Executivo exaure-se no poder regulamentar destinado à fiel execução de lei, não sendo admitidos no ordenamento pátrio nem os regulamentos autônomos, nem a deslegalização.

(E) na deslegalização, o poder legislativo autoriza que as entidades dotadas de capacidade institucional inovem no ordenamento jurídico em matéria de ordem técnica em seu âmbito de atuação delimitado na respectiva lei.

12. FGV - 2023

Janderson e Rosângela são amigos de longa data e estavam estudando juntos para certo concurso público em âmbito federal, quando decidiram se aprofundar na temática atinente ao decreto autônomo, concluindo ambos corretamente que se trata da edição de ato normativo pelo Presidente da República

(A) para a fiel execução da lei.

(B) que não tem qualquer respaldo constitucional.

(C) que é considerado contrário à lei.

(D) que não pode impor obrigações nem restringir direitos.

(E) que inova no ordenamento jurídico e busca o seu fundamento de validade diretamente na Constituição.

13. FGV - 2024

Em certa situação excepcional, após o Juízo de conveniência e oportunidade pertinente, determinada autoridade superior, mediante indicação dos motivos relevantes devidamente justificados, promoveu a avocação temporária de competência, nos termos em que admitido pelo ordenamento.

Tal situação hipotética, corresponde à manifestação do poder

(A) de polícia.

(B) disciplinar.

(C) hierárquico.

(D) regulamentar.

(E) vinculado.

14. FGV - 2023

Lourival, servidor público municipal estável, no âmbito de suas atribuições, relacionadas ao exercício do poder de polícia, verificou a existência de uma obra irregular, que está colocando em risco a vida e a saúde dos respectivos operários e da população que transita no local, bem como a incolumidade das casas do entorno.

Em razão disso, o responsável pela construção já foi multado por três vezes, além de ter sido determinado o embargo da obra, após o devido processo administrativo, nos termos da lei local, sem qualquer sucesso, considerando que tal irregularidade vem se perpetuando.

Considerando que a norma local também prevê a possibilidade de demolição de obras que se enquadrem em tais circunstâncias, Lourival está com fundadas dúvidas acerca da viabilidade de a Administração levar a efeito tal destruição do imóvel, sem a intervenção do Judiciário.

Acerca dessa situação hipotética, considerando os atributos do poder de polícia e a orientação do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que é:

(A) viável que a Administração leve a efeito a demolição sem a intervenção do Judiciário, em decorrência da autoexecutoriedade do poder de polícia, atributo de que não goza sanção de multa;

(B) inviável que a Administração leve a efeito a demolição sem a autorização do Judiciário, na medida em que a autoexecutoriedade do poder de polícia não admite meios diretos de coerção, ainda que de forma proporcional;

(C) viável que a Administração leve a efeito a demolição sem a intervenção do Judiciário, considerando que todas as medidas e sanções de polícia mencionadas são dotadas do atributo da autoexecutoriedade do poder de polícia;

(D) inviável que a Administração venha a ajuizar ação para fins de levar a efeito a demolição do imóvel em questão, em razão da falta de interesse de agir, fulminada pelo atributo da exigibilidade do poder de polícia;

(E) inviável que a Administração leve a efeito as medidas e sanções de polícia descritas, pois não se lhes pode reconhecer o atributo da autoexecutoriedade, sendo dotadas apenas de exigibilidade, dependendo, portanto, de decisão judicial para a sua implementação.

15. FGV - 2023

Ao ler o Decreto Rio nº 48.349/2021 que criou o Programa Carioca de Integridade Pública e Transparência – Rio Integridade, Marcela verificou que o preâmbulo da mencionada norma destaca, dentre outros aspectos relevantes, a necessidade de combater o desvio de finalidade, que, nos respectivos termos, se “caracteriza pelo uso da máquina pública para satisfação de interesses privados, direta ou indiretamente”.

Marcela passou, então, a aprofundar os seus estudos acerca do tema, de modo que veio a concluir, corretamente, que o desvio de finalidade corresponde a vício:

(A) sanável do ato administrativo, que é passível de convalidação, abarcado pela teoria do abuso de poder;

(B) insanável do ato administrativo, que é passível de convalidação, não abarcado pela teoria do abuso de poder;

(C) sanável do ato administrativo, que não é passível de convalidação, não abarcado pela teoria do abuso de poder;

(D) insanável do ato administrativo, que não é passível de convalidação, abarcado pela teoria do abuso de poder;

(E) que pode ser sanável ou insanável, a depender da violação ao interesse público, não abarcado pela teoria do abuso de poder.

16. FGV - 2024

O Ministério Público do Estado de São Paulo, quanto à organização administrativa estatal brasileira, configura um exemplo de

(A) órgão autônomo integrante da Administração Pública Direta estadual.

(B) órgão autônomo integrante da Administração Pública Indireta estadual.

(C) órgão autônomo não integrante da Administração Pública Direta ou Indireta estadual.

(D) autarquia integrante da Administração Pública Direta estadual.

(E) autarquia integrante da Administração Pública Indireta estadual.

17. FGV - 2024

A estrutura do aparelho público brasileiro compreende a administração direta e a indireta, delineando as formas pelas quais o Estado organiza suas atividades.

Assinale a opção que apresenta as características de uma sociedade de economia mista.

(A) Executa atividades econômicas, algumas delas típicas da iniciativa privada e outras, assumidas pelo Estado como serviços públicos.

(B) Presta serviços públicos comerciais e industriais do Estado.

(C) Fornece serviços e promove ações colaborativas entre dois ou mais entes federativos com o propósito de atender ao interesse coletivo e proporcionar benefícios públicos.

(D) Desempenha atividades típicas do Estado.

18. FGV - 2024

O Presidente da República, em uma conversa com a imprensa, destacou realizações do governo, todas em observância às respectivas legislações de regência, quais sejam:

I. a criação do Ministério dos Povos Indígenas;

II. a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ostentando natureza jurídica de autarquia;

III. a celebração de um contrato administrativo de concessão de serviço público com a sociedade empresária XYZ, a gerar benefícios para a coletividade.

Com base na situação hipotética narrada e considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante sobre as técnicas de organização administrativa, é correto afirmar que a criação do Ministério dos Povos Indígenas

(A) é uma manifestação da desconcentração administrativa. Por sua vez, o engendramento da Autoridade Nacional de Proteção de Dados é fruto da descentralização administrativa por colaboração. Por fim, a celebração de um contrato administrativo de concessão de serviço público com a sociedade empresária XYZ caracteriza a descentralização administrativa por serviços.

(B) é uma manifestação da desconcentração administrativa. Por sua vez, o engendramento da Autoridade Nacional de Proteção de Dados é fruto da descentralização administrativa por serviços. Por fim, a celebração

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. FGV - 2023

Em relação à eficácia e à aplicabilidade da norma obtida a partir da interpretação do Art. 7º, inciso XX, da Constituição da República de 88, segundo o qual é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a “*proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei*” é correto afirmar que a norma obtida é de eficácia

- (A) plena e de aplicabilidade imediata.
- (B) contida e de aplicabilidade mediata.
- (C) protetiva e de aplicabilidade relativa.
- (D) limitada e de princípio institutivo.
- (E) limitada e de princípio programático.

2. FGV - 2024

Os objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 delineiam a essência dos propósitos norteadores da nação.

Assinale a opção que compreende objetivo fundamental da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Promover a soberania.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Engajar o pluralismo político.
- (D) Assegurar a dignidade da pessoa humana.
- (E) Fomentar a cidadania.

3. FGV - 2024

A República Federativa do Brasil é em um Estado Democrático de Direito, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988.

No que diz respeito à democracia, analise os tópicos a seguir.

I. A Constituição dispõe de instrumentos de democracia participativa, tais como os conselhos, as ouvidorias e o orçamento participativo.

II. A democracia é exercida exclusivamente pelos representantes escolhidos pelo povo, seus legítimos mandatários.

III. A democracia brasileira tem como um de seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

IV. No Brasil há um exemplo de democracia direta,

considerando que a Constituição prevê expressamente que o poder emana do povo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

4. FGV - 2023

Ana, Inês e Bruna debateram a respeito dos princípios fundamentais que devem direcionar a República Federativa do Brasil nas relações internacionais. Ana defendia que um desses princípios é o da autodeterminação dos povos, indicativo de que o Brasil, mesmo que divirja das leis locais que apregoem práticas discriminatórias,

quaisquer que sejam elas, deve respeitar o domínio reservado de natureza interna, sem formular qualquer juízo de valor. Inês ressaltava que as relações internacionais devem ser direcionadas pelo escalonamento dos Estados soberanos, conforme os paradigmas sociais e econômicos adotados pelo Brasil. Bruna, por sua vez, ressaltou que a concessão de asilo político, ainda que caminhe em norte contrário aos balizamentos estabelecidos pela ordem jurídica de outro Estado soberano, deve direcionar o Brasil nas relações internacionais.

O professor Clovis, ao analisar as afirmações de suas alunas, concluiu, corretamente, à luz da Constituição da República de 1988, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) somente Ana está certa;
- (C) somente Bruna está certa;
- (D) somente Ana e Inês estão certas;
- (E) somente Bruna e Inês estão certas.

5. FGV - 2024

A Emenda Constitucional nº 45/2004, conhecida por ter instituído a Reforma do Judiciário, também trouxe importante inovação no que tange à disciplina do processo de internalização dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.

A esse respeito, é correto afirmar que

(A) desde o advento da Constituição da República, o STF entende que os tratados de direitos humanos têm natureza de norma constitucional, independente do quórum de aprovação pelo Congresso Nacional.

(B) parte da doutrina defende que os tratados de direitos humanos são incorporados pelo regime jurídico interno com status de norma infralegal.

(C) as convenções internacionais de direitos humanos são firmadas pelo representante do Ministério das Relações Exteriores autorizados pelo Presidente da República para assunção de responsabilidades internacionais.

(D) as obrigações decorrentes dos tratados internacionais de direitos humanos deverão prevalecer ao disposto na Constituição Federal, uma vez que os direitos fundamentais não se equiparam aos direitos humanos.

(E) o Art. 5º, § 3º regulamenta a hipótese de equiparação à emenda constitucional dos tratados e convenções internacionais de Direitos Humanos aprovados por quórum qualificado pela casa legislativa.

6. FGV - 2024

Jonas foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Ao ser conduzido à delegacia de polícia, foi qualificado e comunicado por um agente policial que, embora portasse sua carteira de identidade, deveria ser submetido à identificação dactiloscópica. O advogado de Jonas, por sua vez, afirmou que essa prática não seria correta.

À luz da sistemática constitucional, com abstração de qualquer regulamentação legal, é correto afirmar que:

(A) é vedada, em qualquer caso, a identificação de Jonas;

(B) é compulsória a identificação de qualquer preso, inclusive de Jonas;

(C) é obrigatória a identificação de Jonas, considerando as circunstâncias indicadas na narrativa;

(D) é vedada a identificação nas circunstâncias indicadas, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;

(E) é imperativa a identificação de Jonas, sendo resguardado o seu direito de se negar a colaborar.

7. FGV - 2023

Um grupo de policiais alcançou a inferência lógica de que estariam sendo praticados crimes no interior de certa residência familiar. Esses policiais formaram o seu raciocínio a partir da constatação de que, de tempos em tempos, ali ingressavam pessoas que, pela sua aparência física e pelas roupas que utilizavam, muito provavelmente estariam envolvidas na prática de crimes. Por tal razão, decidiram ingressar no local, contra a vontade dos moradores, e ali encontraram centenas de quilos de substâncias entorpecentes de uso proibido.

Considerando a sistemática constitucional, é **correto** afirmar que o ingresso na residência foi

(A) ilícito, considerando a inexistência de ordem judicial e em razão da ausência de qualquer indício prévio de flagrante delito no local.

(B) lícito, embora inexistisse ordem judicial, o que decorria da situação de flagrante delito, podendo ter sido efetivado durante o dia ou durante a noite.

(C) ilícito, considerando que os policiais, em nenhuma hipótese, podem ingressar na residência alheia sem ordem judicial e contra a vontade dos moradores.

(D) lícito, embora inexistisse ordem judicial, o que decorria da situação de flagrante delito, cuja ocorrência deveria ser demonstrada em juízo em momento posterior.

(E) lícito, considerando que o flagrante delito legitima o ingresso na casa alheia ainda que sua descoberta seja fortuita, pois a sua existência excepciona a inviolabilidade do domicílio.

8. FGV - 2023

A Associação de Moradores Alfa impetrou mandado de segurança preventivo contra ato do secretário municipal de Ordem Pública, que a notificou informando que, com base na Lei municipal nº Y/2023, as associações que não tivessem deferida a licença de criação, pela autoridade municipal, teriam que paralisar suas atividades após o decurso de sessenta dias, situação que permaneceria inalterada até que a licença fosse requerida e deferida.

À luz da sistemática constitucional, é **correto** afirmar, em relação à causa de pedir do mandado de segurança, que:

(A) a licença de criação somente pode ser negada caso o objeto social da associação seja ilícito;

(B) o deferimento ou o indeferimento da licença presuppõe ato fundamentado, por força do princípio da publicidade;

(C) a Lei municipal nº Y/2023 e a notificação destoam dos direitos e deveres individuais e coletivos de esta-

tura constitucional;

(D) as atividades das associações, quer em relação à sua criação, quer em relação à sua dissolução, são insuscetíveis de intervenção estatal;

(E) o deferimento ou o indeferimento da licença é ato discricionário, sujeito à conveniência e oportunidade da autoridade competente.

9. FGV - 2023

Johnson, nacional do País Alfa, foi acusado e condenado por ter violado segredos de Estado. Por tal razão, decidiu fugir para o território brasileiro. Assim que o País Alfa teve conhecimento do paradeiro de Johnson, firmou tratado de extradição com a República Federativa do Brasil e requereu a extradição desse fugitivo.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que

(A) Johnson somente poderia ser extraditado se tivesse praticado crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, sendo o tratado de extradição dispensável, bastando a promessa de reciprocidade.

(B) o tratado de extradição não pode ser aplicado a Johnson, embora a infração penal que lhe foi imputada, por ter a natureza de crime comum, autorize a sua extradição.

(C) o tratado de extradição pode ser aplicado a Johnson e a infração penal que lhe foi imputada, por ter a natureza de crime comum, autoriza a sua extradição.

(D) apesar de o tratado de extradição poder ser aplicado a Johnson, o crime que lhe foi imputado não permite a sua extradição.

(E) o tratado de extradição não pode ser aplicado a Johnson e o crime que lhe foi imputado não permite a sua extradição.

10. FGV - 2024

Johan e Marta, casados e de nacionalidade alemã, obtiveram o deferimento da nacionalidade brasileira e, ato contínuo, deixaram o território nacional e passaram a trabalhar na Bélgica, a serviço da embaixada argentina. Da união desse casal nasceu Peter, fato ocorrido em solo belga, sendo a criança ali registrada. Cerca de três anos após o nascimento de Peter, seus pais perderam a nacionalidade brasileira, o que ocorreu com estrita observância do devido processo legal. Com vinte anos de idade, Peter decidiu morar no território brasileiro e consultou um especialista a respeito de sua nacionalidade, sendo-lhe corretamente informado que:

(A) ele é estrangeiro, já que nasceu no exterior quando seus pais se encontravam a serviço de outro país, devendo cumprir os requisitos exigidos da generalidade dos estrangeiros para a obtenção da nacionalidade brasileira;

(B) ele é brasileiro nato, por ser filho de brasileiros, o que decorre do princípio do jus sanguinis, ainda que seus pais tenham perdido a nacionalidade em momento posterior;

(C) ele pode vir a ser considerado brasileiro nato, desde que seus pais, antes de perderem a nacionalidade brasileira, o tenham registrado perante a repartição competente;

(D) como seus pais perderam a nacionalidade brasileira antes de Peter alcançar a maioridade, não é possível que ele venha a obter a nacionalidade brasileira nata;

(E) ele será considerado brasileiro nato caso venha a residir no território brasileiro e opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

11. FGV - 2023

Mara nasceu no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade russa, aqui estavam a serviço de uma empresa privada em atuação na área de cosméticos. Dois anos após o seu nascimento, Mara retornou para a Rússia juntamente com os seus pais. Ao completar 21 anos, foi acusada de um crime contra a vida na Rússia, o que a levou a fugir para o Brasil. Ato contínuo, o governo russo requereu a sua extradição.

Nesse caso, é **correto** afirmar que Mara é:

(A) estrangeira, logo, pode ser extraditada pelo governo brasileiro;

(B) brasileira nata, não podendo ser extraditada, em hipótese alguma, pelo governo brasileiro;

(C) brasileira nata, mas, considerando a natureza do crime praticado, pode ser extraditada pelo governo brasileiro;

(D) estrangeira, salvo, apenas, se tiver sido registrada em repartição brasileira enquanto estava no Brasil, o que impedirá, neste último caso, a sua extradição;
(E) estrangeira, salvo se tiver retornado ao território brasileiro após completar 18 anos e tiver optado pela nacionalidade brasileira, o que impedirá, neste último caso, a sua extradição.

12. FGV - 2023

João é diplomata brasileiro, estando a serviço da República Federativa do Brasil no continente europeu, mais especificamente na Itália. João, após anos residindo em Roma/Itália, acaba por conhecer Joana, italiana, com ela se casando e tendo um filho, chamado Joaquim.

Nesse cenário, considerando as normas constitucionais que versam sobre a nacionalidade, é **correto** afirmar que Joaquim:

- (A) será considerado brasileiro naturalizado, desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioria, pela nacionalidade brasileira;
- (B) será considerado brasileiro nato, desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioria, pela nacionalidade brasileira;
- (C) não é considerado brasileiro nato, tampouco naturalizado;
- (D) é considerado brasileiro naturalizado;
- (E) é considerado brasileiro nato.

13. FGV - 2024

João foi condenado em sentença transitada em julgado pela prática de uma infração penal. Poucos meses após o cumprimento da pena, decidiu que iria concorrer a um cargo eletivo nas próximas eleições.

Ao analisar exclusivamente a Constituição da República, não a legislação infraconstitucional, com o objetivo de verificar se a condenação anterior constituiria óbice à realização do seu objetivo, João concluiu, corretamente, que:

- (A) está inelegível;
- (B) está com os direitos políticos suspensos;
- (C) pode ser considerado inelegível por lei complementar;
- (D) está inabilitado para o exercício de outra função pública;
- (E) perdeu os direitos políticos, mas pode readquiri-los com a reabilitação.

14. FGV - 2023

O Deputado Federal João, com o objetivo de honrar compromisso assumido junto à sua base eleitoral, solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de a região norte do Estado-membro Alfa ser desmembrada e formar um novo Estado-membro da federação brasileira.

Após alentada pesquisa, a assessoria concluiu corretamente que o almejado desmembramento da região norte de Alfa, à luz da Constituição da República,

- (A) não é possível, considerando a indissolubilidade da federação brasileira.
- (B) é possível, desde que haja aprovação da população diretamente interessada e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.
- (C) é possível, desde que o desmembramento seja acolhido em plebiscito pela população de Alfa e a Constituição Estadual seja alterada para modificar os limites do seu território.
- (D) não é possível, considerando que a mobilidade da federação, no plano endógeno, está adstrita aos Municípios, e, no plano exógeno, pressupõe a incorporação de novos territórios.
- (E) é possível, sendo necessário o referendo da proposta pela população da região norte de Alfa, conforme normas estabelecidas pelo Congresso Nacional e a edição de lei complementar estadual.

15. FGV - 2024

Em razão da intensidade dos raios solares, durante a maior parte do ano, e do alto nível de salinidade da água marinha no litoral do Estado-membro Alfa, sociedades empresárias ali sediadas aumentaram exponencialmente a sua produção de sal marinho. Apesar disso, era constante o desabastecimento do mercado local. Por tal razão, o Deputado Estadual João solicitou que sua assessoria analisasse a conformidade constitucional de um projeto de lei estadual que estabelecesse a exigência de atendimento às necessidades dos habitantes do território de Alfa, para que o excedente de produção pudesse ser direcionado a outros interessados.

A assessoria respondeu corretamente que a temática a ser tratada na proposição versa sobre

- (A) consumidor, de competência legislativa concorrente, logo, pode ser disciplinada em lei estadual.
- (B) abastecimento, de competência legislativa concorrente, logo, pode ser disciplinada em lei estadual.
- (C) comércio, de competência legislativa privativa da União, logo, não pode ser disciplinada em lei estadual.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

1. FGV - 2024

Um gestor de unidade de serviço público vem enfrentando problemas no processo de gerenciamento de materiais e estoques. Os funcionários relatam dificuldades em saber a quantidade de unidades de determinados insumos utilizados em um período e quantas vezes por ano necessitam comprar esse insumo. Assim, a organização acaba por encarar falta total do insumo ou descarte por validade expirada.

A análise das possíveis justificativas apontou para o problema de:

- (A) incorporação de novos operadores logísticos;
- (B) redução do capital circulante e custo de operação;
- (C) adoção de novas tecnologias e sistemas de informação;
- (D) formação de parcerias entre empresas de suprimentos;
- (E) inventário e controle do giro dos produtos desatualizados.

2. FGV - 2024

A tabela abaixo apresenta o resultado da contagem de estoques de um pequeno almoxarifado:

Item	Unidade	Custo unitário (reais)	Quantidade inventariada	Quantidade registrada no sistema	Saldo registrado no sistema (reais)
1	unid.	40	20	22	880
2	caixa	20	15	12	240
3	unid.	5	10	10	50
4	unid.	4	8	8	32

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que:

- (A) a divergência do estoque é de 2,0%;
- (B) a divergência do estoque é de 2,5%;
- (C) a acuracidade do estoque é de 50%;
- (D) o item 4 não pode ser classificado pelo critério ABC;
- (E) pelo método FIFO (PEPS), o valor do estoque é de R\$ 1.202,00.

3. FGV - 2024

A literatura que estuda as atividades realizadas pelo administrador identificou uma série de papéis típicos desse profissional.

Com relação aos chamados papéis “informacionais”, o administrador encarregado de coletar e analisar dados acerca da organização e do setor em que ela se insere é conhecido como

- (A) monitor.
- (B) empreendedor.
- (C) negociador.
- (D) elemento de ligação.
- (E) representante.

4. FGV - 2024

É muito comum nas organizações que o exercício das funções de direção dependa de habilidades e da capacidade de desempenhar determinados papéis. Em diversos momentos, o gestor principal deve ser capaz de atuar como representação simbólica e referência que provê direção aos subordinados e constrói uma rede de relações.

O gestor em questão é demandado a desempenhar um papel do tipo:

- (A) monitor;
- (B) decisório;
- (C) negociador;
- (D) interpessoal;
- (E) informacional.

5. FGV - 2024

Após concluir sua graduação em administração de empresas no exterior, Júlio iniciou sua busca por oportunidades de trabalho em diversos sites de emprego. Uma oferta de trabalho em São José dos Campos chamou sua atenção devido ao salário atrativo. Contudo, a descrição indicava que a posição era de “nível operacional”, deixando Júlio em dúvida sobre quais atividades estaria desempenhando caso fosse selecionado para tal vaga.

Considerando a descrição da vaga que intrigou Júlio, é **correto** afirmar que o ocupante da vaga

- (A) deve tratar diretamente com questões relacionadas com o ambiente externo à organização, como concorrentes diretos.
- (B) deve ter o status de gerente, sendo encarregado da tomada de decisões que impactam a organização no longo prazo.
- (C) deve cuidar de questões de caráter rotineiro, coordenando adequadamente um departamento.
- (D) deve lidar com os problemas de cada unidade de negócios, assumindo o papel de diretor de cúpula.
- (E) deve atuar na função de supervisor, cuidando da execução adequada das tarefas programadas.

6. FGV - 2024

Na abordagem dos sistemas abertos, as organizações são entendidas como em contínuo intercâmbio com o ambiente em que se inserem. Em um dos modelos conceituais mais conhecidos sobre essa abordagem, Katz e Kahn propõem um conjunto de características das organizações como sistemas abertos. Sobre essas características, considere as seguintes afirmativas:

I) equifinalidade refere-se à concepção de que não existe uma única maneira certa de a organização atingir uma situação estável;

II) homeostase dinâmica refere-se à noção de que as organizações tendem à multiplicação e à elaboração de funções, substituindo padrões gerais por funções especializadas;

III) entropia negativa refere-se à concepção de que a energia colocada no ambiente retorna à organização para a repetição de seus ciclos de eventos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) III, apenas;
- (D) I e II, apenas;
- (E) II e III, apenas.

7. FGV - 2024

A implementação da *teoria dos sistemas* trouxe o entendimento de que as organizações não operam isoladamente, mas dialogam continuamente com o ambiente externo, por meio da troca de informações.

De acordo com a literatura especializada na teoria dos sistemas, observou-se que uma organização alcança um estado de equilíbrio, conhecido como homeostase, quando satisfaz alguns requisitos.

Assinale a opção que indica, corretamente, um desses requisitos.

- (A) Unidirecionalidade.
- (B) Entropia Positiva.
- (C) Mecanicismo Pragmático.
- (D) Autorreferencialidade.

8. FGV - 2024

Certa organização de grande porte está em fase de formulação de seu planejamento estratégico e fez uso da matriz GE/McKinsey para análise de seu portfólio de negócios.

Os resultados foram:

- unidade de negócio A – alta atratividade da indústria e posição competitiva média;
- unidade de negócio B – média atratividade da indústria e posição competitiva média;
- unidade de negócio C – alta atratividade da indústria e posição competitiva alta;
- unidade de negócio D – baixa atratividade da indústria e posição competitiva alta;
- unidade de negócio E – alta atratividade da indústria e posição competitiva baixa;
- unidade de negócio F – média atratividade da indústria e posição competitiva baixa.

Com base no proposto pelo modelo da matriz GE/McKinsey, é correto afirmar que:

- (A) os negócios D e F devem ser abandonados;
- (B) a organização deve investir nos negócios A e C e abandonar o negócio F;
- (C) a organização deve investir seletivamente nos negócios A, C e E;
- (D) a organização deve investir seletivamente nos negócios A, B, D e E e abandonar o negócio F;
- (E) a organização deve investir no negócio C e investir seletivamente nas demais unidades de negócio.

9. FGV - 2024

O *Balanced Scorecard* (BSC), desenvolvido por Kaplan e Norton na década de 1990, é uma ferramenta de gestão estratégica que vai além das métricas financeiras tradicionais, incorporando medidas relacionadas aos clientes, processos internos e aprendizado e crescimento. Com um conjunto balanceado de indicadores em várias perspectivas, o BSC permite que as organizações alinhem suas metas estratégicas com suas operações diárias, fornecendo uma visão abrangente do progresso em direção aos objetivos de longo prazo.

Assinale a opção que define o foco da Perspectiva Financeira do BSC.

- (A) Interesses dos acionistas.
- (B) Expectativas dos clientes.
- (C) Atividades internas.
- (D) Desenvolvimento contínuo de habilidades.
- (E) Inovação e melhoria organizacional.

10. FGV - 2024

O advento de novas tecnologias deu origem a novos tipos de relação de trabalho, influenciando diretamente na forma como as organizações são estruturadas. Em vista disso, surgiu o que ficou conhecida como estrutura em rede, que

- (A) estimula o desenvolvimento da competitividade à escala global.
- (B) possibilita o aprimoramento dos administradores e funcionários nas suas respectivas funções e especialidades.
- (C) cria condições ideais para a centralização do processo de tomada de decisão.
- (D) resulta em uma visão limitada dos objetivos organizacionais, priorizando metas departamentais.
- (E) reduz a velocidade de resposta às mudanças ocorridas no ambiente externo.

11. FGV - 2024

O processo administrativo é a engrenagem essencial que orienta as organizações, abrangendo o planejamento, a organização, a direção e o controle para alcançar eficácia e eficiência em seus objetivos.

Assinale a opção que apresenta a base de atuação da função de organização.

- (A) Ideias.
- (B) Pessoas.
- (C) Coisas.
- (D) Resultados.

12. FGV - 2024

Certa empresa de grande porte do ramo de alimentos adota estrutura funcional. Tendo em vista os desafios que o ambiente mais turbulento tem imposto à empresa, a alta direção está revendo sua orientação estratégica e, com isso, entende que serão necessários ajustes na estrutura organizacional. A direção gostaria de adotar um desenho estrutural que favoreça, em relação à situação atual, todos os seguintes aspectos: a responsabilização, o foco em resultados e a capacidade de resposta ao ambiente externo.

Tendo em vista os objetivos da alta direção da empresa, é adequado adotar a estrutura:

- (A) simples;
- (B) em rede;
- (C) por processo;
- (D) matricial;
- (E) divisional.

13. FGV - 2024

A departamentalização por cliente é o “critério de agrupamento de tarefas, atividades e recursos pelo tipo de cliente ou segmento de mercado que a organização busca servir” (Sobral e Peci, 2013, p. 262).

Considere as seguintes afirmativas sobre a departamentalização por cliente:

- I. induz à redundância de funções;
- II. reduz a eficiência da organização como um todo, quando comparada à estrutura funcional;
- III. é indicada quando a organização atende a clientes com necessidades muito distintas;
- IV. pode tornar secundários aspectos como lucratividade ou produtividade, em função da priorização da satisfação do cliente. Estão corretas:
 - (A) apenas as alternativas I e II;
 - (B) apenas as alternativas III e IV;
 - (C) apenas as alternativas II, III e IV;
 - (D) apenas as alternativas I, II e III;
 - (E) I, II, III e IV.

14. FGV - 2024

A departamentalização por processo é o “critério de agrupamento de tarefas, atividades e recursos pelo tipo de cliente ou segmento de mercado que a organização busca servir” (Sobral e Peci, 2013, p. 262). Considere as afirmativas a seguir sobre a departamentalização por processo.

I. Busca extrair vantagens econômicas pela plena utilização da tecnologia utilizada no processo.

II. Permite grande flexibilidade e capacidade de adaptação a mudanças tecnológicas.

III. Aumenta o risco operacional, uma vez que uma falha em um processo pode levar a uma falha sistêmica na organização.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

15. FGV - 2024

A liderança está intrinsecamente relacionada aos conceitos de poder e autoridade, ambos desempenhando papéis fundamentais como ferramentas de influência sobre os demais.

Estabeleça a correspondência entre os cinco tipos de poder existentes e as situações em que ocorrem.

- 1- Poder de perícia
- 2- Poder de referência
- 3- Poder legitimado
- 4- Poder coercitivo
- 5- Poder de recompensa

() Quando B aceita um conjunto de normas que diz que deve aceitar a influência de A.

() Quando B percebe que A tem conhecimento, experiência ou competência especial em uma situação.

() Quando A tem o poder de conceder prêmios ou benefícios a B.

() Quando B deseja ser igual a A ou se identifica com A.

() Quando A tem poder de aplicar punições ou castigos a B. Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem dada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4 – 5.
- (B) 3 – 2 – 5 – 1 – 4.
- (C) 3 – 1 – 5 – 2 – 4.
- (D) 3 – 1 – 4 – 2 – 5.
- (E) 1 – 3 – 2 – 5 – 4.

16. FGV - 2024

Direção, liderança, poder e gerenciamento de equipes são componentes interligados que desempenham papéis cruciais no funcionamento eficaz de uma organização.

Assinale a opção que apresenta uma característica da liderança liberal.

- (A) Enfatiza mais os subordinados do que o líder.
- (B) O líder é rígido e autoritário, centraliza o poder e toma decisões arbitrárias que impõe aos subordinados.
- (C) O líder designa as tarefas, uma de cada vez, à medida que se tornam necessárias e de maneira imprevisível para o grupo.
- (D) O líder é proativo, consultivo, estabelece metas e orienta as decisões em conjunto com os subordinados.
- (E) O líder procura ser um membro comum do grupo. Ele é objetivo e restringe-se aos fatos em suas críticas e elogios.

17. FGV - 2024

O estilo de liderança identificado por Kurt Lewin, sob o aspecto da tomada de decisões, onde as diretrizes são debatidas pelo grupo e o líder atua como um orientador, denomina-se

- (A) democrático.
- (B) liberal.
- (C) autocrático.
- (D) transacional.
- (E) gerencial.

18. FGV - 2024

Em certa organização, um diretor precisa selecionar um candidato para ocupar o cargo de líder de uma equipe. A equipe é composta por profissionais pouco experientes e com capacitação ainda insuficiente para o exercício das tarefas, além de demonstrarem baixa motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, o diretor avalia que a equipe encontra-se no nível de prontidão “1”.

Considerando que a avaliação do diretor está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança seria:

- (A) diretivo;
- (B) persuasivo;
- (C) participativo;
- (D) afetivo;
- (E) delegador.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1. FGV - 2024

A teoria de Laband encontrou rapidamente aceitação em outros países, precisamente por ter sido um autor que, de modo mais aprofundado, tratou da natureza jurídica do orçamento. [...] A visão labandiana espalhou-se rapidamente por outras nações europeias, sobretudo pela França e Itália, de onde acabou por influenciar Portugal e o Brasil.

(ABRAHAM, Marcus. Teoria dos Gastos Fundamentais. São Paulo: Almedina, 2021)

O fragmento acima ressalta a relevância da doutrina do jurista germânico Paul Laband, o qual propugnava que o orçamento público tem natureza jurídica de

- (A) lei meramente material.
- (B) lei meramente formal.
- (C) ato-condição.
- (D) norma geral.
- (E) norma abstrata.

2. FGV - 2024

Ao considerar o orçamento público sob a perspectiva dos estágios da reforma orçamentária, iniciamos com a lógica do orçamento por objeto, em seguida passamos pelo orçamento por desempenho até culminar no orçamento como instrumento de planejamento e accountability. Esses elementos caracterizam a evolução do orçamento como um instrumento de natureza:

- (A) econômica;
- (B) gerencial;
- (C) jurídica;
- (D) política;
- (E) operacional.

3. FGV - 2024

Os princípios orçamentários no Brasil representam diretrizes fundamentais que norteiam a elaboração, a execução e o controle do orçamento público. Esses princípios visam a garantir a transparência, a eficiência e a legalidade na gestão dos recursos públicos.

Assinale a afirmativa **correta** em relação aos Princípios Orçamentários aplicáveis aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em todas as esferas governamentais.

- (A) A Exclusividade exige que o Poder Público realize ou se abstenha de fazer apenas o que for expressamente autorizado pela lei.
- (B) A Não-Vinculação da Receita de Impostos proíbe que a Lei Orçamentária Anual inclua dispositivos que não estejam relacionados à previsão de receita e à alocação de despesas.
- (C) A Publicidade exige que as receitas e despesas sejam registradas na Lei Orçamentária Anual pelo seu valor total e sem nenhum tipo de dedução.
- (D) A Unidade exige que cada ente federado deve possuir um único orçamento, evitando a criação de múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.
- (E) A Universalidade implica a necessidade de que cada ente federado possua um orçamento único para evitar a existência de múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

4. FGV - 2024

Ao acessar o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) do governo do estado de onde reside, um cidadão observou a ausência de informações relativas à classificação institucional, de estrutura programática e funcional para parte das despesas a serem executadas durante o exercício.

Ao solicitar ajuste da informação por meio de pedido de acesso à informação, o cidadão alegou que o QDD estava descumprindo o princípio orçamentário da:

- (A) publicidade;
- (B) não vinculação;
- (C) especificação;
- (D) exclusividade;
- (E) universalidade.

5. FGV - 2024

A equipe de planejamento de ente público estadual concluiu a proposta de lei orçamentária anual e submeteu-a no prazo à Assembleia Legislativa. Na semana seguinte, houve um acidente que danificou parte de uma ponte de uma rodovia gerida pelo estado. O tráfego na

ponte não foi totalmente interditado, mas seria necessário programar obras de reparo. O governo do estado solicitou que a equipe de planejamento incluísse essa despesa no orçamento do exercício seguinte, em tramitação no Poder Legislativo, bem como a previsão de uma operação de crédito para cobrir essa despesa.

A solicitação do governo do estado:

- (A) está alinhada ao princípio da universalidade do orçamento;
- (B) é desnecessária, pois podem-se abrir créditos extraordinários;
- (C) deve ser atendida somente se não impactar os resultados nominal e primário;
- (D) deve ser cumprida no exercício em curso, com abertura de crédito adicional suplementar;
- (E) deve ser acatada somente no exercício seguinte, em referência ao princípio da anualidade.

6. FGV - 2024

Considere o texto a seguir, referente a uma lei orçamentária hipotética.

Lei nº 2.307, de 13 de janeiro de 2023

Ementa: Esta lei estima a receita e fixa a despesa do município de Renascer das Cinzas para o exercício financeiro de 2023, estabelece a programação financeira do exercício e autoriza a realização de operações de crédito para as finalidades especificadas.

Esse trecho indica que foi desrespeitado o seguinte princípio orçamentário:

- (A) anualidade;
- (B) especificação;
- (C) exclusividade;
- (D) não vinculação;
- (E) programação.

7. FGV - 2024

O modelo orçamentário brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 do Brasil. A Constituição estabelece um arcabouço normativo sólido para a gestão orçamentária, buscando conciliar a eficiência na aplicação dos recursos públicos com a participação democrática da sociedade na definição das prioridades governamentais.

O instrumento que tem como função estabelecer as diretrizes, os objetivos e as metas de médio prazo da administração pública é

- (A) a Lei Orçamentária Anual.
- (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) o Relatório de Gestão Fiscal.
- (D) o Plano Plurianual.
- (E) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

8. FGV - 2024

O Art. 3º da Lei estadual nº 12.736/2023 dispõe, nesses termos, que:

“Na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serão prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes de municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano, inclusive a periferia das cidades de médio e grande porte do Estado”.

Ao tratar desse conteúdo, a referida Lei deve dispor também sobre:

- (A) parâmetros para redução das desigualdades inter-regionais;
- (B) diretrizes relativas à execução dos programas de duração continuada;
- (C) objetivos relativos às despesas de capital e outras delas decorrentes;
- (D) limites para elaboração das propostas orçamentárias do Poder Judiciário;
- (E) programação de despesas relativas à dívida pública, mobiliária e contratual.

9. FGV - 2024

Com relação aos orçamentos contidos na Lei Orçamentária Anual, é correto afirmar que

- (A) o orçamento de seguridade social tem a função de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional.
- (B) o orçamento de investimento das empresas considera aquelas que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital com direito a voto.
- (C) o orçamento fiscal compreende os Poderes e os Órgãos da Administração Direta, excluindo, no entanto, as entidades administrativas.
- (D) o orçamento de seguridade social envolve fundos e fundações privadas vinculadas à saúde, previdência social e segurança pública.
- (E) o orçamento de investimento das empresas engloba autarquias e sociedades de economia mistas garantidoras da função alocativa do Estado.

10. FGV - 2024

O ciclo orçamentário no Brasil refere-se ao processo anual de elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do orçamento público. Esse ciclo segue as etapas definidas pela legislação brasileira, buscando garantir a transparência, eficiência e legalidade na gestão dos recursos públicos.

Sobre o ciclo orçamentário, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

() A elaboração da proposta orçamentária compreende a consolidação do projeto da lei orçamentária anual pelo Poder Legislativo, abrangendo as propostas orçamentárias dos demais Poderes, seguida do envio ao Poder Executivo para apreciação.

() A execução orçamentária engloba a aplicação dos créditos alocados no Orçamento Geral da União, compreendendo os três estágios da receita: empenho, liquidação e pagamento.

() A avaliação orçamentária compreende a análise do alcance das metas estabelecidas na LOA, a execução dos programas governamentais e os orçamentos da União. Além disso, inclui a avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência na gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como na aplicação de recursos por entidades de direito privado.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – F.
- (C) F – F – V.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – F.

11. FGV - 2024

A respeito do controle da execução orçamentária, considerando as normas previstas no Título VIII da Lei Federal no 4.320/64, analise as afirmativas a seguir:

I. O controle da execução orçamentária compreenderá o exame de sua legalidade, da fidelidade funcional dos agentes públicos e o cumprimento dos programas de trabalho em termos de prestação de serviços públicos.

II. O controle interno da execução orçamentária terá por objetivo verificar a probidade da administração e o cumprimento da lei orçamentária.

III. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária pelo controle externo será prévia, concomitante e subsequente.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) I e II.

12. FGV - 2024

O Ciclo Orçamentário é definido como a sequência de fases ou etapas que compõe o processo orçamentário. De forma geral, o ciclo orçamentário é composto das seguintes fases, em ordem cronológica:

(A) elaboração da proposta, apreciação legislativa, execução, avaliação, monitoramento e controle.

(B) elaboração da proposta, apreciação legislativa, execução, controle e avaliação.

(C) apreciação legislativa, execução, controle, monitoramento e avaliação.

(D) elaboração da proposta, apreciação legislativa, controle legislativo, execução, monitoramento e avaliação.

(E) apreciação legislativa, execução, controle e avaliação.

13. FGV - 2024

O orçamento público no Brasil é um instrumento fundamental para o planejamento e a gestão dos recursos financeiros do Estado, visando atender às necessidades da sociedade e promover o desenvolvimento econômico e social do país.

Com relação ao orçamento público, analise os itens a seguir.

I. A elaboração de propostas orçamentárias é o processo de preparação da proposta de orçamento anual de um ente público que envolve a consolidação pelo Poder Executivo do projeto da lei de diretrizes orçamentárias, abrangendo as propostas orçamentárias dos demais Poderes, seguida do envio ao Poder Legislativo para apreciação.

II. A análise da conformidade legal dos atos que geram a arrecadação de receitas ou a realização de despesas, bem como a criação ou extinção de direitos e obrigações, é parte integrante do controle da execução orçamentária.

III. A verificação da fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos é parte integrante do controle da execução orçamentária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

14. FGV - 2024

O ciclo orçamentário compreende as seguintes etapas essenciais: elaboração da proposta, apreciação legislativa, execução, controle e avaliação. Este ciclo representa o período em que ocorrem as atividades fundamentais do orçamento público, desde sua concepção inicial até a avaliação final de seu desempenho.

Sobre o ciclo orçamentário, analise os itens a seguir:

I. A elaboração da proposta orçamentária envolve a consolidação pelo Poder Executivo do projeto da lei orçamentária anual, abrangendo as propostas orçamentárias dos demais Poderes, seguida do envio ao Poder Legislativo para apreciação;

II. A avaliação orçamentária consiste na avaliação do cumprimento das metas previstas na LOA e da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

III. A execução orçamentária compreende a utilização dos créditos consignados no Orçamento Geral da União, visando à realização das ações atribuídas às unidades orçamentárias. Envolve os três estágios da receita: empenho, liquidação e pagamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

15. FGV - 2024

Em sentido amplo, denominam-se Receitas Públicas, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado.

Nesse sentido, assinale a opção que indica uma Receita Orçamentária.

- (A) Fianças.
- (B) Emissão de moeda.
- (C) Depósitos em caução.
- (D) As decorrentes da exploração do patrimônio estatal.
- (E) Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

16. FGV - 2024

Sabe-se que o orçamento é uma importante ferramenta para o planejamento de qualquer entidade, seja ela pública ou privada. Nele são previstas as despesas e receitas durante um determinado período.

No que diz respeito ao impacto na situação patrimonial líquida, uma receita orçamentária efetiva é aquela em que seus ingressos de disponibilidade de recursos

(A) não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

(B) foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e constituem obrigações correspondentes.

(C) não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e constituem obrigações correspondentes.

(D) foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

(E) foram provenientes de operações de crédito.

17. FGV - 2024

Na abertura de processo de licitação para a construção de cinco unidades de saúde em um município de médio porte, foi solicitado, como pré-requisito para participação do certame, o depósito em caução de 10% do valor total do contrato, visando a garantir que as empresas participantes possuíssem condições de conduzir as obras de forma satisfatória no prazo estipulado.

O reconhecimento desses depósitos pelo município ocorrerá como receita:

- (A) derivada;
- (B) de capital;
- (C) orçamentária;
- (D) intraorçamentária;
- (E) extraorçamentária.

18. FGV - 2024

Com relação à nona edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é correto afirmar que:

- (A) não houve alterações na Parte I, referente aos procedimentos contábeis orçamentários;
- (B) houve a redução da força normativa das regras orçamentárias fixadas pela Lei nº 4.320/1964;
- (C) a devolução dos ingressos extraorçamentários se sujeita à autorização legislativa;
- (D) as receitas orçamentárias são classificadas segundo três critérios;
- (E) as transferências intergovernamentais voluntárias podem ser contabilizadas pelo ente transferidor como uma despesa ou como dedução de receita.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

1. FGV - 2024

A dívida fluante compreende os seguintes casos, à **exceção de um**. Assinale-o.

- (A) As reservas de contingências.
- (B) Os depósitos.
- (C) Os débitos de tesouraria.
- (D) Os serviços da dívida a pagar.
- (E) Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.

2. FGV - 2024

O prefeito tomou posse e determinou a revisão de “restos a pagar”. Verificou que havia despesas com transporte escolar contratado, que ainda não tinham sido pagas, porém foram empenhadas e liquidadas. Ocorre que houve medição irregular da quilometragem executada pelo transporte contratado e aquela expressa nas planilhas. As planilhas demonstravam quilometragem percorrida a menor.

Nesse caso, assinale a opção **correta** acerca do modo como o Prefeito que tomou posse deve agir.

- (A) Já tendo ocorrido a liquidação e o empenho, terá que pagar o valor correspondente à nota de empenho.
- (B) Mesmo sendo despesa já empenhada, por se tratar de ordenação equivocada do Prefeito anterior, o novo Edil nada deve pagar.
- (C) O Prefeito, como todo gestor, deve analisar a adequação orçamentária desta despesa.
- (D) Uma vez revista a liquidação, a nova administração tem obrigação de assumir apenas aquelas despesas realmente executadas.
- (E) Deve ser verificada a compatibilidade da despesa com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. FGV - 2024

Restos a Pagar referem-se a despesas que foram empenhadas mas não foram pagas até o dia 31 de dezembro, sendo possível distinguir entre as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) e as não processadas (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

Com relação aos Restos a Pagar, avalie os itens a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() A vedação do gestor público, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

() O registro dos Restos a Pagar faz-se por exercício e por devedor.

() A obrigatoriedade de o gestor público, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – V.

4. FGV - 2024

Uma entidade pública realizou um torneio licitatório para aquisição de três geradores para uso em suas atividades, uma vez que a região sofria com quedas recorrentes no fornecimento de energia elétrica. O fornecedor realizou a entrega dos geradores conforme especificações do termo de referência e cumpriu todas as formalidades necessárias para a liquidação da despesa, que foi realizada em 30/12 do referido exercício. Como não houve mais processamentos, no encerramento do exercício, a referida despesa deve ser tratada como:

- (A) créditos prorrogáveis para o exercício seguinte;
- (B) despesas empenhadas em liquidação;
- (C) despesas não processadas no exercício;
- (D) restos a pagar não processados em liquidação;
- (E) restos a pagar processados.

5. FGV - 2024

Uma prática bastante comum na gestão do setor público consiste em evitar o empenho de despesas em um exercício para apenas reconhecê-las no subsequente.

Essa prática para “subregistro” das obrigações financeiras implica o uso da seguinte conta:

- (A) Restos a pagar processados.
- (B) Restos a pagar não processados.
- (C) Despesas liquidadas mas não pagas.
- (D) Dívida Ativa.
- (E) Despesas de Exercícios Anteriores.

6. FGV - 2024

Em 15/02/2023, um fornecedor contatou o ente público solicitando informações sobre o atraso no pagamento de serviços realizados em outubro e novembro do exercício anterior. Ao localizar as informações no sistema, o ordenador da despesa constatou que o empenho de outubro estava inscrito em restos a pagar não processados. No processo anexado, havia documentação comprobatória e atesto de satisfação sobre os serviços prestados. Já o empenho de novembro foi cancelado em 31/12/2022, com o processo que também acompanhava a documentação comprobatória e atesto de satisfação sobre os serviços do setor responsável.

Considerando a situação exposta, o procedimento a ser adotado pelo ordenador da despesa para pagamento ao fornecedor é:

- (A) efetuar o pagamento do empenho de outubro e reemitir a nota de empenho de novembro com data retroativa ao mês de referência para pagamento;
- (B) efetuar o cancelamento das duas notas de empenho para reemitir-las em 15/02/2023 e, em seguida, efetuar sua liquidação e pagamento;
- (C) efetuar a liquidação e o pagamento do empenho de outubro e reemitir o empenho de novembro como restos a pagar processados para pagamento;
- (D) efetuar o pagamento do empenho de outubro e reemitir o empenho de novembro como despesas de exercícios anteriores para liquidação e pagamento;
- (E) efetuar a liquidação e o pagamento do empenho de outubro e reemitir o empenho de novembro como despesas de exercícios anteriores para posterior liquidação e pagamento.

7. FGV - 2024

Uma informação que é disponibilizada aos usuários antes que perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo de sua elaboração e divulgação é uma informação que apresenta a seguinte característica qualitativa:

- (A) relevância.
- (B) verificabilidade.
- (C) compreensibilidade.
- (D) comparabilidade.
- (E) tempestividade.

8. FGV - 2024

Tanto em entidades privadas quanto públicas as informações contábeis são preparadas para atingir determinado propósito. E, independentemente desse propósito, para que a informação seja considerada útil, ela deve atender a alguns atributos, que o texto da NBC TSP Estrutura Conceitual chama de características qualitativas.

Ao elaborar os RCPGs, a entidade deve ter em conta que:

- (A) nem todas as características qualitativas se aplicam a informações não financeiras;
- (B) os atributos da relevância e da representação fidedigna estão sujeitos a restrições inerentes;
- (C) o valor confirmatório de uma informação se verifica a partir do atributo da compreensibilidade;
- (D) uma informação contida no RCPG não perde sua utilidade se não alcançar todas as características qualitativas;
- (E) a utilidade de informações históricas e prospectivas contidas no RCPG não se define pelas características qualitativas, mas pela gestão da entidade.

9. FGV - 2024

As características qualitativas da contabilidade pública são atributos que tornam a informação útil para os usuários, fazendo que se alcance os objetivos da informação contábil.

Assinale a opção que indica uma característica que permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

- (A) Verificabilidade.
- (B) Tempestividade.
- (C) Comparabilidade.
- (D) Materialidade.
- (E) Compreensibilidade.

10. FGV - 2024

A alocação das informações entre os diferentes relatórios das entidades públicas segue alguns princípios sobre fatores relevantes, ou seja, a escolha entre as demonstrações contábeis e outros RCPGs. Pode-se afirmar que estes princípios incluem

- (A) Natureza, Especificidade à Jurisdição e Conexão.
- (B) Aprimoramento, Similaridade e Propósito comum.
- (C) Comparabilidade, Agrupamento e Suporte ao alcance dos objetivos.
- (D) Similaridade, Propósito Comum e Natureza.
- (E) Especificidade, Similaridade e Propósito Comum.

11. FGV - 2024

Ao analisar o relatório contábil de propósito geral de uma entidade do setor público, um usuário constatou que as informações estavam livres de erros materiais, de modo que não foram observados erros ou omissões relevantes na descrição do fenômeno, e que o processo utilizado para produzir a informação relatada foi aplicado conforme descrito.

Com base nesses atributos, é correto afirmar que as informações apresentadas no relatório observavam a seguinte característica qualitativa:

- (A) representação fidedigna.
- (B) neutralidade.
- (C) relevância.
- (D) compreensibilidade.
- (E) comparabilidade.

12. FGV - 2024

Uma entidade do setor público identificou que as necessidades adicionais de informação contábil de um de seus usuários não eram satisfeitas pelos relatórios contábeis disponíveis a ele.

A entidade optou por evidenciar um relatório específico para atender a essas necessidades, em detrimento à inclusão da informação em relatório já existente.

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, nesse caso, o relatório específico pode ser necessário quando

- (A) representa uma exigência da auditoria independente, que considera a divulgação com a melhor qualidade.
- (B) é direcionado ao atendimento de necessidades dos usuário primários, cujo entendimento é prioritário.

(C) diz respeito a informações especializadas e direcionadas à segmento diferente, sendo este primário ou secundário.

(D) envolve menores custos para elaboração, enquanto nenhum aumento é observado em relação aos custos de auditoria e evidenciação.

(E) é considerado mais adequado ao alcance dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil e do cumprimento das características qualitativas da informação.

13. FGV - 2024

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, a seleção da base de mensuração para ativos e passivos contribui para satisfazer os objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil pelas entidades do setor público ao fornecer informação que possibilita aos usuários avaliarem, entre outros aspectos, a capacidade operacional da entidade.

A capacidade operacional representa a capacidade da entidade em

- (A) financiar as suas próprias atividades.
- (B) certificar-se que os benefícios do processo superam os custos da sua geração.
- (C) dar suporte à prestação de serviços no futuro por meio de recursos físicos e outros.
- (D) mensurar o custo dos serviços prestados no período, em termos históricos ou atuais.
- (E) ser útil a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

14. FGV - 2024

De acordo com o NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as decisões tomadas pelo governo ou por outra entidade do setor público em determinado período sobre programas para a prestação e financiamento de serviços no futuro podem ter consequências significativas, não apenas para os usuários que são dependentes desses serviços no futuro, mas também para as gerações atuais e futuras de

- (A) governantes que têm interesse em permanecer em seus cargos.
- (B) funcionários que precisam manter o seu padrão frente à inflação observada.
- (C) prestadores de serviços que costumam assinar contratos com prazos indeterminados.

(D) entidades estrangeiras que realizam comércio com o país por meio de subsídios e facilitadores.

(E) contribuintes e outros provedores involuntários que recolhem tributos e taxas para financiar as atividades planejadas de prestação de serviços e os compromissos financeiros relacionados.

15. FGV - 2024

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público, é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.

Nesse sentido, as informações financeiras e não financeiras são relevantes quando

(A) descrevem fatos e eventos que envolvem montantes monetários materiais.

(B) representam fielmente um fenômeno econômico, de modo a retratar a substância da transação.

(C) estão disponíveis para os usuários antes que percam a capacidade de ser útil para cumprir os seus objetivos.

(D) não contêm erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.

(E) são capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

16. FGV - 2024

Uma entidade do setor público recebeu uma doação.

Para determinar que deve haver reconhecimento como ativo e receita, os contadores responderam afirmativamente às seguintes perguntas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

(A) A entrada de recursos origina um item que satisfaz a definição de ativo?

(B) A entrada de recursos resulta da contribuição de proprietários?

(C) A entidade satisfaz a todas as obrigações existentes relativas a entrada de recursos?

(D) A entrada de recursos satisfaz ao critério para o reconhecimento como um ativo?

17. FGV - 2024

Após entrar com pedido de acesso à informação sobre uma transação envolvendo a reavaliação de alguns dos ativos de um determinado ente público, dois usuários, a despeito de não alcançarem o mesmo resultado sobre as estimativas empregadas, chegaram a um consenso sobre

o valor anual reduzido e destacado nas demonstrações contábeis. Com base na NBC TSP – Estrutura Conceitual, nessa situação houve o cumprimento da seguinte característica qualitativa da informação contábil:

(A) relevância;

(B) representação fidedigna;

(C) comparabilidade;

(D) compreensibilidade;

(E) verificabilidade.

18. FGV - 2024

Acerca dos fatos contábeis na contabilidade pública originadas de atos administrativos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

() A previsão da receita é de natureza orçamentária.

() A arrecadação da receita é de natureza extraordinária. () A dotação da despesa é de natureza orçamentária.

As afirmativas são, **respectivamente**,

(A) V – F – V.

(B) V – F – F.

(C) F – V – V.

(D) V – V – F.

(E) F – F – V.

19. FGV - 2024

Em relação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, assinale a opção que indica corretamente um grupo e a sua respectiva classe.

(A) Transferências e Delegações Concedidas: Ativo.

(B) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Passivo.

(C) Transferências e Delegações Recebidas: Variação Patrimonial Aumentativa.

(D) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: Passivo.

(E) Exploração e venda de bens, serviços e direitos: Variação Patrimonial Diminutiva.

20. FGV - 2024

Após a elaboração de estimativas sobre a previsão das receitas orçamentárias a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), e sua respectiva aprovação pelo Poder Legislativo, um ente público municipal procedeu com os lançamentos dos créditos fiscais com base na verificação da ocorrência do fato gerador do direito ao recebimento do IPTU dos imóveis da região, ou seja, antes da sua efetiva arrecadação.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. FGV - 2024

Tício, agente público de direito, é o responsável pela área de informática da Administração Pública *Alfa*, tendo a posse, em razão do cargo, de diversos equipamentos de alta tecnologia, avaliados em milhares de reais. Em razão da responsabilidade inerente à função exercida, Tício é rotineiramente orientado, pelos superiores hierárquicos e no âmbito de cursos de aprimoramento, sobre os deveres de segurança que deve observar na repartição pública.

Nada obstante, em um determinado dia, João, um novo colega, pediu para conversar e se apresentar a Tício em seu gabinete. O pedido foi prontamente aceito, sendo certo que Tício, de forma negligente, deixou de adotar todos os procedimentos de segurança previstos e que eram do seu conhecimento. Nesse contexto, já no interior do gabinete, João, dolosamente e sem que o primeiro percebesse, subtraiu um *notebook* da Administração Pública, colocando-o em sua mochila.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é **correto** afirmar que Tício

(A) responderá por peculato mediante erro de outrem, sendo certo que eventual reparação do dano causado por parte de Tício, antes da prolação de sentença, dará ensejo à redução da pena pela metade.

(B) responderá por peculato culposo, sendo certo que eventual reparação do dano causado por parte de Tício, antes da prolação de sentença, dará ensejo à redução da pena pela metade.

(C) responderá por peculato culposo, sendo certo que eventual reparação do dano causado por parte de Tício, antes da prolação de sentença, dará ensejo à extinção de punibilidade.

(D) não responderá por qualquer crime, porquanto o Código Penal não tipifica o crime de peculato mediante erro de outrem.

(E) não responderá por qualquer crime, porquanto o Código Penal não tipifica o crime de peculato culposo.

2. FGV - 2023

João é servidor público do Estado de Santa Catarina. Vendo que sua repartição conta com computadores modernos, muito valiosos no mercado, acerta com José, seu amigo, que usualmente pratica roubos e furtos (o qual se sabe já ter sido condenado, com pena extinta há um ano pelo seu cumprimento), a subtração dos referidos computadores para posterior revenda.

No dia combinado, João, valendo-se do acesso facilitado à repartição pública, ingressa no local, permite a entrada de José, e ambos subtraem, para si, cerca de 10 computadores portáteis.

Considerando a situação narrada, sobre o concurso de pessoas, assinale a afirmativa **correta**.

(A) João e José deverão responder por peculato, ainda que apenas João seja servidor público, pois esta circunstância é elementar do tipo.

(B) A circunstância de João ser servidor público é personalíssima, não podendo atingir José, que responderá por crime patrimonial comum.

(C) De acordo com a teoria do domínio do fato, apenas João poderia ser considerado autor, pois é o único com acesso à repartição pública.

(D) A reincidência de José, por repercutir na reprovação do ilícito, é uma circunstância objetiva, que se comunica aos demais coautores.

(E) De acordo com a teoria monista, ainda que José não soubesse do fato de João ser servidor público, deveria responder por peculato.

3. FGV - 2023

Francisco, funcionário público concursado de uma autarquia federal, recebeu de seu órgão de atuação um *notebook* funcional, tendo assinado o livro de carga referente ao objeto e assumido o compromisso de zelar pelo bem da administração. Durante suas férias, Francisco viaja para uma pousada no interior do estado de São Paulo e leva o computador na mochila, uma vez que tinha o costume de assistir séries através do aparelho. Durante sua estadia na pousada, Francisco leva o *notebook* para a piscina e o coloca na mesa onde deixara seus demais pertences. Após se ausentar por cerca de 40 minutos para jogar uma partida de futebol, retorna para a piscina e constata que o *notebook* fora furtado. Desesperado, procura a administração

do local que após analisar as câmeras de segurança não consegue identificar quem teria subtraído o computador.

Diante dos fatos, o órgão funcional ao qual Francisco era vinculado instaura procedimento administrativo e, ato contínuo, encaminha pedido de instauração de Inquérito na Polícia Federal que culmina no oferecimento de denúncia por parte do Ministério Público Federal pela prática do crime de peculato culposo. Francisco procura a repartição pública e se oferece para pagar o valor referente ao notebook, o que é aceito, sendo certo que o ressarcimento ao erário se deu antes do julgamento da ação penal.

Diante dos fatos narrados, é **correto** afirmar que Francisco

- (A) terá direito à redução de metade da pena pelo fato de o ressarcimento ter sido feito após o recebimento da denúncia.
- (B) terá direito à extinção da punibilidade pelo fato de o ressarcimento ter sido feito antes da sentença irrecorrível.
- (C) não terá direito à atenuante referente à reparação do dano, prevista no Art. 65, inciso III, alínea b, do CP, na medida em que esta exige a reparação do dano antes do recebimento da denúncia.
- (D) poderá ser beneficiado pelo arrependimento posterior, previsto no Art. 16 do Código Penal em razão de ter reparado o dano antes da sentença.

4. FGV - 2022

Semprônio, conhecido autor de delitos patrimoniais, convence Marcondes, estagiário do Ministério Público do Estado da Bahia, a valer-se da facilidade proporcionada pela função pública exercida e permitir o seu acesso à sede da instituição. Semprônio e Marcondes ingressam em sala-cofre contendo telefones celulares e valores em espécie apreendidos por força de operação do Ministério Público deflagrada no dia anterior, utilizando-se do crachá do estagiário, subtraindo em seguida o material sob custódia da instituição.

Com base no exposto, é correto afirmar que:

- (A) Marcondes não pode ser considerado como funcionário público para fins penais;
- (B) o delito de peculato é próprio, razão pela qual apenas Marcondes responderá pela infração, enquanto Semprônio deverá responder somente por furto;
- (C) Semprônio e Marcondes responderão por peculato, uma vez que é irrelevante a condição de funcionário público para caracterização do delito;

- (D) Marcondes e Semprônio responderão pelo delito de peculato, uma vez que a condição de funcionário público do agente corresponde a circunstância inerente ao tipo penal, que se comunica ao extraneus;
- (E) Semprônio e Marcondes responderão por furto, uma vez que a tipificação pelo delito de peculato tem como objeto material apenas os bens de titularidade pública.

5. FGV - 2022

Em relação ao crime de peculato-desvio, é correto afirmar que

- (A) o agente atua no sentido de inverter a posse da coisa, agindo como se fosse dono.
- (B) o mero proveito econômico não é suficiente para tipificar o crime.
- (C) se consuma no momento em que o agente manifesta a intenção de desviar a coisa.
- (D) a obtenção de proveito próprio é requisito para a consumação do crime.
- (E) a obtenção de proveito alheio é requisito para a consumação do crime.

6. FGV - 2022

Sem ter acesso direto ao valor em espécie, determinado prefeito desvia grande soma de recursos público de empresas públicas municipais, utilizando o valor para custear sua campanha de reeleição.

Considerando que as empresas públicas gozam de autonomia administrativa e financeira, é correto afirmar que o prefeito

- (A) praticou corrupção ativa.
- (B) praticou corrupção passiva.
- (C) praticou peculato-desvio.
- (D) praticou apropriação indébita.
- (E) não praticou crime.

7. FGV - 2022

Caio, detentor de notório saber jurídico e reputação ilibada, aprovado em 1º lugar no concurso público para procurador do Estado de Santa Catarina, foi designado para exercer as suas atribuições no Município de Florianópolis, em um novo prédio arrendado pelo Estado, com controle de acesso e um esquema de segurança formidável. Um determinado dia, verificando que a repartição estava vazia, Caio ingressou no gabinete de Tício, também procurador do Estado, e colocou três maços de folha A4 que lá se encontravam em sua mochila, para utilizá-los, em sua residência, para fins pessoais. O Ministério Público

tomou ciência dos fatos, em razão de monitoramento eletrônico no local.

Nesse cenário, de acordo com o Código Penal e considerando-se o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, Caio:

- (A) caso seja condenado, perderá automaticamente o cargo de procurador do Estado de Santa Catarina;
- (B) responderá pela prática do crime de peculato impróprio, não podendo se beneficiar do princípio da insignificância;
- (C) responderá pela prática do crime de peculato-apropriação, não podendo se beneficiar do princípio da insignificância;
- (D) responderá pelo crime de furto privilegiado, por se tratar de criminoso primário, e considerando-se o pequeno valor dos bens subtraídos;
- (E) será absolvido, em razão do reduzido valor dos bens, fazendo jus à aplicação do princípio da insignificância, que resulta na atipicidade material da conduta.

8. FGV - 2024

Alberto, servidor lotado na área de recursos humanos da Câmara Municipal de Blumenau, com livre acesso aos dados cadastrais a partir dos quais é gerada a folha de pagamento do referido ente público, neles insere informações de pessoa que não exercia qualquer atividade laborativa na Casa Legislativa, com o propósito de ficar com a remuneração destinada a tal pessoa, que sequer tinha conhecimento do fato.

Diante do caso narrado, Alberto:

- (A) não cometeu qualquer crime;
- (B) cometeu o crime de inserção de dados falsos em sistema de informações e, caso restitua voluntariamente ao erário todos os valores recebidos indevidamente, antes do recebimento da denúncia, deverá ter a pena reduzida;
- (C) cometeu o crime de peculato impróprio e, caso restitua voluntariamente ao erário todos os valores recebidos indevidamente, antes da sentença irrecorrível, deverá o juiz declarar extinta a punibilidade do fato;
- (D) cometeu o crime de inserção de dados falsos em sistema de informações e, caso restitua voluntariamente ao erário todos os valores recebidos indevidamente, antes da sentença irrecorrível, deverá o juiz declarar extinta a punibilidade do fato;
- (E) cometeu o crime de estelionato, com pena aumentada, por ter sido o crime cometido em detrimento de entidade de direito público e, caso restitua voluntariamente ao erário todos os valores recebidos indevida-

mente, antes do recebimento da denúncia, deverá ter a pena reduzida.

9. FGV - 2024

Revoltado com o alarmante déficit da Previdência Social e o conseqüente valor ínfimo dos proventos recebidos por sua mãe, aposentada e portadora de câncer terminal, Ataulfo, auditor fiscal, passa a exigir, em dobro, o pagamento das contribuições sociais devidas pelos empregadores que fiscaliza, advertindo-os de que, em caso de descumprimento, divulgaria nas redes sociais a lista de devedores e os respectivos débitos fiscais.

Uma vez na posse dos valores pagos a ele diretamente pelos contribuintes, Ataulfo não repassa as quantias ao erário e as utiliza em viagem com sua mãe.

Diante de tal situação hipotética e da legislação vigente, é correto afirmar que Ataulfo praticou o crime de

- (A) exercício arbitrário das próprias razões.
- (B) corrupção passiva.
- (C) excesso de exação.
- (D) constrangimento ilegal.
- (E) ameaça.

10. FGV - 2024

Caio, servidor público, compareceu à sede da sociedade empresária XYZ e, agindo com dolo, exigiu de João, sócio do estabelecimento comercial, tributo que sabia indevido.

Inconformado, o empresário fez contato com uma guarnição da Polícia Militar que passava pela localidade. Na sequência, após tomarem ciência dos fatos, os policiais deram voz de prisão em flagrante ao agente público pela prática de crime contra a Administração Pública, encaminhando-o à delegacia de polícia mais próxima.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio responderá pelo crime de

- (A) corrupção ativa, com uma causa de aumento de pena.
- (B) corrupção ativa, sem causas de aumento de pena.
- (C) corrupção passiva simples.
- (D) excesso de exação.
- (E) concussão.

11. FGV - 2023

João, auditor da Receita Estadual, no dia 20 de novembro de 2022, procede à fiscalização de diversos estabelecimentos comerciais, exercendo o poder de polícia previsto em lei para tanto. No primeiro local visitado, uma lanchonete, João exige, perante diversos clientes, que o proprietário pague R\$ 1.000,00 à guisa de ICMS, muito embora disponha de conhecimento prévio de que o valor já fora objeto de pagamento. No segundo local visitado, uma padaria, João solicita R\$ 1.000,00 ao proprietário, para fechar os olhos para potenciais irregularidades. No terceiro local visitado, um pet shop, o proprietário Tício, sabedor da fama de João, oferece ao agente público R\$ 1.000,00 para que ele não efetue qualquer fiscalização, ocasião em que é preso em flagrante.

Com base no caso concreto narrado, João praticou:

- (A) na lanchonete, o crime de excesso de exação, enquanto, na padaria, foi perpetrado o delito de corrupção passiva; a conduta de Tício, por sua vez, se amolda à descrição típica do crime de corrupção ativa;
- (B) na lanchonete, o crime de excesso de exação, enquanto, na padaria e no pet shop, foi perpetrado o delito de corrupção passiva; a conduta de Tício, por sua vez, se amolda à descrição típica do crime de corrupção ativa;
- (C) na lanchonete, o crime de concussão, enquanto, na padaria, foi perpetrado o delito de corrupção passiva; a conduta de Tício, por sua vez, se amolda à descrição típica do crime de corrupção ativa;
- (D) na lanchonete e na padaria, o crime de corrupção passiva; a conduta de Tício, por sua vez, se amolda à descrição típica do crime de corrupção ativa;
- (E) na lanchonete e na padaria, o crime de concussão; a conduta de Tício, por sua vez, se amolda à descrição típica do crime de corrupção ativa.

12. FGV - 2023

Com o objetivo de viabilizar melhorias nos equipamentos públicos de sua cidade natal, José, procurador atuante no setor de Dívida Ativa da Prefeitura Municipal, resolveu elaborar uma lista nominal de devedores de IPTU e a fixou em plena praça pública, exigindo ostensivamente o pagamento, em dobro e no prazo de 24 horas, dos mencionados débitos fiscais, sob advertência de penhora.

Diante de tal situação, é correto afirmar que José praticou o crime de

- (A) ameaça.
- (B) corrupção.
- (C) concussão.

- (D) tráfico de influência.
- (E) excesso de exação.

13. FGV - 2022

O registrador titular do Ofício de Registro de Imóveis de determinada cidade, durante os meses de maio a junho do ano de 2021, cobrou, em cinco registros de imóveis, emolumentos que sabia indevidos, num total de R\$ 30.000,00, ao aplicar procedimento diverso do estabelecido na Lei Complementar estadual que regula o tema, quando em um dos lados negociais existiam duas ou mais pessoas.

Sobre o delito de excesso de exação, é **correto** afirmar que:

- (A) o tipo penal pune a conduta de cobrança de tributo não devido, não acobertando hipótese de valor acima do correto;
- (B) o tipo penal pune a conduta de cobrança de tributo acima do valor correto, não acobertando uso de meio vexatório;
- (C) o elemento subjetivo do crime é o dolo específico, consistente na vontade de empregar meio gravoso na cobrança;
- (D) o tipo exige, além dos normais requisitos do dolo com relação aos elementos de fato, o saber que a exação é indevida;
- (E) a dúvida escusável diante da complexidade de determinada lei tributária não afeta a configuração do delito.

14. FGV - 2022

Determinado ocupante de cargo público indicou duas servidoras para o exercício de cargos em comissão. Valendo-se da posição hierárquica, desde a data da investidura de cada uma delas, o agente passou a exigir, para si, vantagem mensal indevida, à ordem de R\$ 2.000,00. Referido comportamento foi reiterado 49 vezes, alcançando o valor total de R\$ 146.000,00. Os pagamentos ocorriam mediante envelopes depositados sobre a mesa de trabalho do acusado ou mediante transferências bancárias, com manutenção de rigoroso controle por parte do agente, que mantinha contracheque das servidoras e caderno de registro de créditos.

Para o enquadramento jurídico-penal, é correto afirmar que tal comportamento constitui o delito de

- (A) apropriação indébita.
- (B) concussão.
- (C) extorsão.
- (D) constrangimento ilegal.
- (E) peculato.